

RAG 2008

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL





Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

BLAIRO BORGES MAGGI
Governador do Estado de Mato Grosso

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Vice-Governador do Estado de Mato Grosso

Yênes Jesus de Magalhães
Secretário de Estado de Planejamento e
Coordenação Geral

Diógenes Gomes Curado Filho
Secretário de Estado de Justiça e Segurança
Pública

Eumar Roberto Novacki
Secretário Chefe da Casa Civil

Ságuas Moraes Sousa
Secretário de Estado de Educação

Éder de Moraes Dias
Secretário de Estado de Fazenda

Augustinho Moro
Secretário de Estado de Saúde

Terezinha de Souza Maggi
Secretária de Estado de Trabalho Emprego,
Cidadania e Assistência Social

Alexander Torres Maia
Secretário Chefe da Casa Militar

Neldo Egon Weirich
Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural

José Gonçalves Botelho do Prado
Auditor Geral do Estado

Vilceu Francisco Marchetti
Secretário de Estado de Infra-Estrutura

Pedro Jamil Nadaf
Secretário de Estado de Indústria, Comércio,
Minas e Energia

Geraldo Aparecido de Vitto Júnior
Secretário de Estado de Administração

Yuri Alexey Vieira Jorge
Secretário de Estado de Desenvolvimento de
Turismo

José Carlos Dias
Secretário de Estado de Comunicação Social

Dorgival Veras de Carvalho
Procurador Geral do Estado

Luis Henrique Chaves Daldegan
Secretário de Estado de Meio Ambiente

José Joaquim de Souza Filho
Secretário de Estado de Esportes e Lazer

Paulo Pitaluga
Secretário de Estado de Cultura

Francisco Tarquínio Daltro
Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

José Aparecido dos Santos
Secretário Extraordinário de Projetos
Estratégicos

Flávia Maria Barros Nogueira
Secretária Extraordinária de Apoio às Políticas
Educativas



Estado de Mato Grosso



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES	13
REGIÕES DE PLANEJAMENTO	21
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURI-ANUAL	27
BALANÇO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM MATO GROSSO	81

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

VOLUME I – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 1 A 4

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 - AUMENTO DO NÍVEL GERAL DE SAÚDE

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 - AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, COM UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIA) E ELEVAÇÃO DO NÍVEL E DA QUALIDADE DOS ENSINOS MÉDIO E FUNDAMENTAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO COM AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E AUMENTO DO NÚMERO DE PESQUISADORES ATIVOS

VOLUME II – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 5 A 7

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 - FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE CIDADES DE FORMA CONTROLADA E SUSTENTÁVEL

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 - AMPLIAÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA DA POPULAÇÃO, AUMENTO DO PIB PER CAPITA E ELEVAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA COM CARTEIRA ASSINADA, LEVANDO À AMPLIAÇÃO DA FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA MATO-GROSSENSE

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE MATO GROSSO, COM VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL COM RESPEITO AOS POVOS INDÍGENAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA CULTURA MATO-GROSSENSE

VOLUME III – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 8 E 9

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 - CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE COM O USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBRE A FLORESTA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 - REDUÇÃO DO RITMO DE DESMATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E DAS ÁREAS DEGRADADAS DOS BIOMAS DE MATO GROSSO

VOLUME IV – OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - DEMOCRATIZAÇÃO E AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS E DA EXCELENCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À SOCIEDADE, COM BASE NA MELHORIA DA ESTRUTURA DO ESTADO E CONTROLE SISTEMÁTICO DOS RECURSOS GOVERNAMENTAIS

VOLUME V – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 11 A 13 E PROGRAMAS PADRONIZADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 - AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E DA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA MATO-GROSSENSE

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 - REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE EXTERNA DA ECONOMIA COM O DECLÍNIO DA PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS IN NATURA E AMPLIAÇÃO



Estado de Mato Grosso

DA PARTICIPAÇÃO DE BENS MANUFATURADOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES
MATOGROSSENSE

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 - DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVAS E
ADENSAMENTO DAS CADEIAS COM AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NA
ECONOMIA ESTADUAL

PROGRAMAS PADRONIZADOS



Estado de Mato Grosso

RAG 2008

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

APRESENTAÇÃO



Governo de
Mato Grosso



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

APRESENTAÇÃO

O modelo de gestão adotado no nosso Estado é o voltado para resultados. Este modelo pressupõe que todas as ações de governo têm como objetivo a melhoria na qualidade de vida das pessoas, ou seja, o impacto que os programas e projetos de governo terão em nossa sociedade. A fim de atingir esse objetivo, em 2005, o Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, elaborou o Plano de Desenvolvimento do Estado – MT + 20. Este plano foi elaborado de forma participativa, considerando os cenários mundial, nacional e do Estado, a articulação das dimensões técnica e política e o desenvolvimento sustentável para um horizonte de 20 anos.

O plano aponta para uma Visão de Futuro onde Mato Grosso será um dos melhores lugares para se viver e trabalhar, o que será fruto de mudanças profundas que acontecerão de forma gradual. A concretização da Visão de Futuro será o resultado da parceria vitoriosa entre os Governos Estadual, Federal e Municipal, Entidades Nacionais e Internacionais, Empresários e Trabalhadores, em torno de parâmetros como a eficácia e eficiência do gasto público, a democratização, a transparência e a ética na gestão do Estado e a elevada participação da sociedade na construção do futuro. Ao final dos 20 anos, o Estado apresentará alta qualidade de vida, com acesso amplo, de todos, aos bens e serviços públicos, com uma população educada e qualificada, que respeita e valoriza sua diversidade cultural.

Considerando essa Visão de Futuro, foram identificadas iniciativas para o longo, médio e curto prazos, avaliadas, considerando as condições econômicas e políticas do Estado e tendo como resultados treze Objetivos Estratégicos, com suas respectivas estratégias. Na elaboração do Plano Plurianual – PPA - 2008-2011, foram considerados esses objetivos para direcionar as ações de Governo, em busca de se alcançar a Visão de Futuro que almejamos.

Dessa forma, apresentamos neste Relatório de Ação Governamental o resultado dos programas executados em 2008, buscando o controle social, através da transparência das ações do poder público.

Além da transparência, uma premissa da gestão voltada para resultados é a responsabilização dos gestores na execução das ações e na busca dos resultados esperados. Para atender a essa necessidade, foi publicado em 17 de julho de 2007 o Decreto nº 509/2007, que institui o monitoramento dos programas e ações de governo.

O monitoramento terá o seu início no exercício de 2009, mas com a sua regulamentação tenta se consolidar a cultura de avaliação como uma fase do ciclo de gestão, a qual permite a revisão de estratégias para obter melhores resultados, além de ser uma oportunidade única de aprendizagem organizacional.

A prestação de contas por parte do Governo Estadual, que fazemos agora através deste relatório – RAG 2008, está prevista em instrumentos legais, como a Constituição Estadual e a Lei Complementar 101/2000, a Lei nº 8.827/2008, que instituiu o PPA 2008-2011 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.957/2008, que dispõe que a prestação de contas incluirá os resultados da execução dos programas e ações de governo, conforme metas e indicadores estabelecidos.

Neste relatório, foi feita a análise de todos os programas e ações (projeto, atividade e operações especiais) previstos na Lei Orçamentária Anual de 2008, de acordo com a base do sistema FIPLAN. Foram apresentadas as suas execuções física, orçamentária e financeira, pelos responsáveis por ações e gestores de programas. Essa é a forma que os órgãos de governo,



Estado de Mato Grosso

através de seus responsáveis, têm para prestar contas à sociedade da utilização dos recursos públicos.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação - SEPLAN, como coordenadora de todo o projeto, apresentou a metodologia, capacitou e prestou assessoria aos órgãos na elaboração deste relatório, além de analisar as informações prestadas pelos mesmos e formatar o documento final.



Estado de Mato Grosso

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES

RAG
2008

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL





Estado de Mato Grosso



METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES

A metodologia de avaliação adotada no Estado de Mato Grosso neste PPA 2008-2011 foi elaborada desde 2004, com o objetivo de promover a análise de todas as ações de governo pelos responsáveis nos órgãos/entidades, com instruções adotadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, disponibilizadas tanto no Manual de Elaboração do Relatório da Ação Governamental como também pelas assessorias, durante o período de elaboração do mesmo pelos responsáveis nos órgãos/entidades.

Os núcleos sistêmicos de cada órgão/entidade participam com o apoio institucional, assessoria aos responsáveis pela análise e consolidação no órgão das análises do setor.

Os procedimentos de elaboração foram: alterações no sistema SIGPLAN e no formato de avaliação através de segmentação das informações prestadas à SEPLAN pelos órgãos/entidades por meio de seus agentes públicos e políticos gestores de programas e responsáveis por ações constantes da programação do Estado para o exercício de 2008; orientação de preparação para elaboração de análises, com providências de relatórios da execução programática de 2008; orientação das metas nos prazos estabelecidos; capacitação aplicada pela SEPLAN aos responsáveis nos órgãos/entidades e respectivos núcleos sistêmicos, com assessoria ao longo do processo; avaliação executada pelos gestores de programas e responsáveis pelas ações no **Sistema SIGPLAN**; análise da SEPLAN; ajustes das avaliações setoriais; assessoria da SEPLAN e dos núcleos de sistêmicos no período de ajustes e consolidação do processo na SEPLAN.

Todo este trabalho foi preparado seguindo o conceito de avaliação:

Avaliação pode ser entendida “como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações governamentais sobre as quais os gestores públicos possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas e os programas. Não se destina a resolver ou substituir juízos envolvidos na tomada de decisão, mas permite certo conhecimento dos resultados de um dado programa - informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção de um programa e sua execução” (Ala-Haja & Helgason apud GUGEL, 2004)¹.

A avaliação dos programas e das ações está apresentada conforme a estrutura de ações de governo aprovada no PPA 2008-2011. Cada programa finalístico ou de gestão de políticas públicas está em um dos treze objetivos estratégicos de governo, quais sejam:

- 1 - Melhoria da qualidade de vida;
- 2 - Aumento do nível geral de saúde;
- 3 - Ampliação da educação, com universalização da educação básica (infantil, fundamental e média) e elevação do nível e da qualidade dos ensinos médio e fundamental;
- 4 - Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do Estado com ampliação dos investimentos e aumento do número de pesquisadores ativos;
- 5 - Formulação e expansão da rede de cidades de forma controlada e sustentável, incluindo o monitoramento da geração e do aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos para geração de energia renovável e venda de crédito de carbono;

¹ GUGEL, Gisele. Arcabouço metodológico para implementação da avaliação dos programas de governo que possa contribuir para o fortalecimento do planejamento governamental do estado de Mato Grosso, 2004. Monografia de especialização em gestão pública por resultados. Universidade Federal de Mato Grosso. 2004



Estado de Mato Grosso

- 6 - Ampliação do emprego e da renda da população, aumento do PIB per capita e elevação da população ocupada com carteira assinada, levando à ampliação da formalização da economia mato-grossense;
- 7 - Preservação do patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso, com valorização da diversidade cultural com respeito aos povos indígenas e sua contribuição para a formação da cultura mato-grossense;
- 8 - Conservação do meio ambiente e da biodiversidade (preservação e manutenção) uso e manejo sustentável dos recursos naturais (solo, água, minerais e bióticos em áreas de conservação) com diminuição das pressões antrópicas, especialmente sobre a floresta;
- 9 - Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso;
- 10 - Democratização e aumento da eficiência da gestão pública do Estado e dos municípios e da excelência dos serviços públicos prestados à sociedade, com base na melhoria da estrutura do estado e controle sistemático dos recursos governamentais;
- 11 - Ampliação da infra-estrutura econômica e da competitividade da economia mato-grossense;
- 12 - Redução da vulnerabilidade externa da economia com o declínio da participação das exportações na economia estadual (percentual do PIB) e ampliação da participação de bens manufaturados na pauta de exportação mato-grossense; e
- 13 - Diversificação da Estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas com ampliação da participação da indústria na economia estadual.

Os programas chamados de apoio administrativo são apresentados como programas e ações padronizados e sua ordem segue a mesma apresentada na Lei Orçamentária Anual, por unidades orçamentárias. Entende-se por programa como a articulação de um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema, ou ao atendimento de uma necessidade da sociedade, ou ainda, a uma oportunidade de investimento.

Para a elaboração do RAG 2008, foi aperfeiçoado o formato de avaliação dos Programas e das suas respectivas Ações, em busca de obter-se resultados mais claros da realidade do Estado.

Abaixo está o texto explicativo e orientativo dos índices PPD e COFD, bem como, dos campos da avaliação, transcritos do Manual de Elaboração do Relatório da Ação Governamental 2008.

AValiação DOS PROGRAMAS

Os atributos que definem os **Programas** são:

- Nome do Programa;
- Origem do Programa;
- Objetivo do Programa;
- Público alvo;
- Unidade Responsável;
- Responsável pelo Programa;
- Indicadores;
- Valores Orçados, Atualizados, Contingenciados e Executados; e
- Índices de Avaliação do Planejamento e da Gestão;

Na análise dos **Indicadores** de cada programa, deverão ser justificados os resultados de cada um dos indicadores ano a ano, inclusive os não atualizados. A recomendação é que este quadro tenha redação objetiva e clara de forma a prestar informação de fácil entendimento a todos



Estado de Mato Grosso

os leitores/usuários. Aqui será avaliado o índice alcançado no ano de 2008 em relação ao que estava previsto no PPA 2008-2011, para o exercício 2008.

Os valores estão demonstrados no **Quadro da Realização Orçamentária e Financeira do Programa**, da seguinte forma:

- **Dotação inicial** - recursos orçamentários previstos na LOA 2008;
- **Dotação final** - considera as alterações que ocorreram durante o exercício financeiro, somando ou diminuindo na dotação inicial os créditos adicionais;
- **Valor realizado**, ou seja, que foi empenhado no programa;
- **Valor Contingenciado**;
- **Capacidade de Planejamento** (Índice PPD - Planejamento e Programação da Despesa)
- **Capacidade de Execução** (Índice COFD - Capacidade Operacional Financeira da Despesa)

Desde 2005, foram introduzidas para análise, tanto dos responsáveis nos órgãos quanto da sociedade, os dois índices acima mencionados: PPD, resultante da divisão da despesa empenhada pela inicialmente fixada, e COFD, resultante da divisão da despesa empenhada pela dotação final (dotação inicial mais créditos adicionais) menos o valor contingenciado, para avaliação das despesas.

Para que a metodologia fosse utilizada, adotamos o estágio que representa o fato gerador da despesa pública, qual seja, o “Empenho”. Dessa forma, pretendemos obter no RAG uma representação mais fiel de nossa eficiência das previsões iniciais e finais, comparativamente às respectivas realizações.

Apesar das diversas análises que estes índices permitem fazer, estes por si só ainda são insuficientes para uma avaliação precisa ou mais próxima da realidade. O RAG foi concebido pensando em aliar as análises quantitativas com a análise qualitativa.

Estes índices mostrarão as situações de conformidade ou não. As situações de conformidade deverão ser mantidas e socializadas. Quanto às situações de não conformidade deverão ser equacionadas.

Com base na metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP², que busca avaliar a efetividade/eficácia das previsões iniciais e finais da despesa orçamentária e da meta física, comparativamente às respectivas realizações, foi implantada no SIGPLAN uma **RÉGUA**, onde serão enquadrados os desempenhos alcançados pelos órgãos na realização/execução da meta física, orçamentária e financeira de seus **Programas** e respectivas **Ações**. A régua ora implantada, aumentou em 4 vezes os parâmetros apresentados na régua defendida pela ABOP, a fim de que todos os resultados alcançados pelos órgãos deste Estado sejam demonstrados.

De acordo com a presente régua, os desempenhos são considerados melhores quanto mais próximos de 100%, conforme ilustrado no desenho a seguir:



∞ símbolo do infinito

² Para detalhes sobre a metodologia, consulte as páginas da internet: www.abop.org.br - informativos 58, 60, 67; e www.tc.df.gov.br/contas/2004/arq18-indavaliacao_despesa.pdf.



Estado de Mato Grosso

A régua traz os seguintes parâmetros para medir o grau de desempenho alcançado na realização/execução do planejamento do órgão:

- será indicado como **Ótimo** atingir a faixa de 90,01% a 110,00%;
- será indicado como **Bom** atingir a faixa entre 80,01% e 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% e 120,00%;
- será indicado como **Regular** atingir a faixa entre 60,01% e 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% e 140,00%;
- será indicado como **Deficiente** atingir a faixa entre 40,01% e 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% e 160,00%; e
- será indicado como **Altamente Deficiente** atingir menos de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00%.

Destacamos a possibilidade de esses parâmetros tornarem-se um referencial e que os órgãos venham a utilizar a metodologia como uma das formas de realizar uma auto-avaliação, aprimorando cada vez mais sua gestão orçamentária, este pode ser considerado um dos principais ganhos do processo.

A **Análise do Desempenho do Programa** se traduz através:

- da **Execução do Programa** (Com base no critério de eficiência, justifica o nível em que o Programa foi executado);
- dos **Resultados** (Diante da origem e objetivo do programa, descreve qual foi a efetividade do programa);
- das **Principais restrições e providências adotadas** (Detalha as dificuldades que ocorreram durante a realização do programa e quais as soluções adotadas para saná-las);
- de **Outros Aspectos Relevantes** (Descreve outros fatos e situações que repercutiram no programa e não se enquadram nos campos anteriores);
- das **Recomendações da Unidade responsável pelo programa**; e
- de **Outros produtos entregues no programa** (Relatar, quais são os produtos, como surgiram, suas aplicações e relação com os produtos originais do programa)

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

Os atributos que se referem às **Ações** são:

- Nome da Ação;
- Tipo de Ação;
- Unidade Responsável pela Ação;
- Objetivo Específico da Ação;
- Descrição da Meta Física;
- Unidade de Medida;
- Responsável pela Ação;
- Valores orçados, atualizados, contingenciados e executados; e
- Índices de avaliação do planejamento e da gestão;

A **Avaliação da Ação** está demonstrada nos seguintes quadros:

Meta Física realizada por região de planejamento - apresenta a quantidade de bens ou serviços públicos entregues por região, pretende identificar a distribuição geográfica desse bens ou serviços público.

Meta Física - apresenta os índices apurados dos dados orçamentários propostos e executados para a LOA 2008 e as variações dos mesmos que ocorreram durante o exercício, ou seja, um histórico quantitativo da meta física, no formato:

- **Meta Física Prevista LOA 2008** - apresenta a quantidade de produtos previstos na LOA.



Estado de Mato Grosso

- **Meta Física Prevista Após Créditos** - apresenta a quantidade de créditos (suplementar/especial/extraordinário) e a meta física ajustada após os créditos no período em avaliação;
- **Meta Física da ação realizada** - apresenta a quantidade total do produto entregue na ação;
- **% Realizado em Relação à Meta Física prevista** - apresenta o índice da meta física realizada em relação à estimada na LOA, ou seja, demonstra a capacidade de planejamento do órgão, comparando a meta física prevista na LOA com a realizada;
- **% Realizado em Relação à Meta Física após créditos** – apresenta o índice da meta física realizada após os créditos adicionais, ou seja, demonstra a capacidade de realização da meta física, comparando a meta física prevista + créditos (suplementação ou anulação), em relação à realizada.

Os valores estão apresentados no **Quadro da Realização Orçamentária e Financeira da Ação**, da seguinte forma:

- **Fonte** – destaca a fonte na qual o orçamento está vinculado;
- **Dotação Inicial - LOA 2008** – apresenta os valores orçados previstos na LOA, relativos a cada fonte;
- **Dotação Final - Após Créditos** - apresenta a quantidade de créditos (suplementar/especial/extraordinário) efetuados durante o exercício e nesse número há um link que abrirá uma janela com todas as informações sobre os respectivos créditos e o valor do orçamento ajustado após os créditos no período em avaliação.
- **Valor Empenhado** – apresenta o valor do orçamento comprometido com os credores dos órgãos para a liquidação dos compromissos assumidos;
- **Valor Contingenciado** – apresenta o valor do orçamento reservado, pelo Governo do Estado, para assegurar o equilíbrio orçamentário;
- **% PPD** (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008) – apresenta o índice Planejamento e Programação da Despesa – PPD, resultante da divisão da despesa empenhada pela inicialmente fixada, ou seja, demonstra a capacidade de planejamento do órgão, comparando o orçamento previsto na LOA com o realizado;
- **% COFD** (Empenhado em relação a Dotação Final) – Valor Contingenciado – apresenta o índice Capacidade Operacional Financeira da Despesa – COFD, resultante da divisão do recurso financeiro empenhado em relação à dotação final (após os créditos adicionais) diminuído o valor contingenciado, ou seja, demonstra a capacidade de realização do orçamento, pelo órgão.

Análise dos índices PPD e COFD - avalia a execução do orçamento em relação ao que foi previsto na LOA 2008 (lei orçamentária) e após os créditos e contingenciamentos pelos índices PPD e COFD.

- **Capacidade de Planejamento (PPD)** - descreve os acontecimentos que resultaram no desempenho apurado no PPD, e através desse resultado pode-se visualizar de que forma os órgãos estão efetivamente projetando a despesa, ou seja, se estão realizando corretamente a previsão do orçamento no processo do PTA.
- **Capacidade de Execução (COFD)** - visualiza como está a gestão financeira do órgão, descreve os acontecimentos que resultaram no desempenho apurado no COFD.

Análise da Execução Orçamentária e Financeira da Ação

- **Alcance do objetivo específico** - descreve com base nos resultados do PPD e do COFD, o nível em que o objetivo específico da Ação (P/A/OE) foi alcançado, tendo em vista que são resultados esperados ao final do projeto/atividade.
- **Execução Orçamentária e Financeira** - “execução orçamentária”: como foram utilizados os créditos consignados no Orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a “execução financeira”, se trata do fluxo de recursos financeiros necessários para atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às Unidades Orçamentárias pelo Orçamento.



Estado de Mato Grosso

- **Outros Aspectos Relevantes** - indica os principais gastos na Ação que ainda não tenham sido mencionados nas respostas das questões propostas anteriormente, bem como o impacto nas ações, caso tenha sido utilizado recursos de origem não-orçamentária.
- **Recomendações da Unidade Responsável pela Ação** - indica quais as providências a serem tomadas para que ação seja mais eficiente.

PROGRAMAS E AÇÕES PADRONIZADOS

As unidades responsáveis foram orientadas a elaborarem o relatório de todos os programas de sua responsabilidade, inclusive os programas de apoio administrativo:

- o programa de apoio administrativo, propriamente dito;
- o programa de previdência e pensionistas do Estado;
- os programas de operações especiais.

No programa de apoio administrativo existem ações não padronizadas e ações padronizadas. As ações padronizadas, comum a todas as unidades do Estado, não têm meta física, desta forma a unidade responsável deveria relatar apenas a execução orçamentária e financeira destas ações.

As ações não padronizadas, que por não ter um programa específico na unidade setorial foram alocados no programa de apoio administrativo, têm meta física, portanto, a unidade responsável deveria informar os produtos entregues no relatório físico, orçamentário e financeiro normalmente, como se estas ações estivessem em um programa finalístico do órgão.

Nos programas de previdência e pensionistas do Estado e programas de operações especiais todas as ações são padronizadas, desta forma, não têm meta física, e o órgão deveria relatar sobre as ações e sobre estes programas.

A apresentação destes programas chamados genericamente de programas e ações padronizadas será por unidade orçamentária, ordenada por códigos, de acordo com a apresentação na LOA.

Abaixo está o quadro das 12 regiões de planejamento que o Estado utiliza para elaborar os instrumentos como o PPA, LDO, PTA, LOA e RAG. Há também a região chamada de todo o Estado, com o código 99, quando o órgão não consegue especificar por razões próprias em qual região de planejamento foi entregue a meta física ou quando a meta física beneficia todo o Estado. Neste Relatório o órgão ao indicar onde entregou a meta física realizada, seleciona a região de planejamento e digita a quantidade da meta física entregue. Abaixo estão os nomes das regiões, com os municípios pertencentes a cada um, e os códigos utilizados.



Estado de Mato Grosso

REGIÕES DE PLANEJAMENTO

**RAG
2008**

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL





Estado de Mato Grosso



REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO

Até a elaboração do Plano Plurianual 2004/2007, o Estado de Mato Grosso utilizava as mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o planejamento, observando-se alguma variação na distribuição dos municípios, provavelmente para incorporar a dimensão política. Esta regionalização era normativa para a elaboração dos instrumentos de planejamento, particularmente os orçamentos anuais.

As mesorregiões definidas pelo IBGE já não conseguiam dar resposta à extensão do Estado e às mudanças territoriais ocorridas, indicando a necessidade de uma revisão. Portanto, a partir da elaboração do PPA 2004/2007, foi adotada para o planejamento e os instrumentos legais a regionalização produzida pelos estudos do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso - ZSEE.

O ZSEE definiu as regiões de planejamento ao longo do processo de definição das Unidades Sócio-Econômicas-Ecológicas – USEE, para as quais foram considerados os modos de uso e ocupação, de organização da produção e os graus diferenciados de consolidação das atividades econômicas e os componentes da base natural. A estes critérios foram adicionados os estudos da hierarquia urbana, resultando nas Regiões de Influência.

Para a utilização dessas regiões nos instrumentos de planejamento (que exigem limites administrativos), foi realizado um ajuste incorporando os limites dos municípios, considerando-se que o município pertencia à região onde estava localizada a sua sede.

Os municípios se distribuem nas Regiões de Planejamento da forma que se segue:

0100	REGIÃO I	0200	REGIÃO II
0101	Juina (Cidade Pólo)	0201	Alta Floresta (Cidade Pólo)
0102	Castanheira	0202	Nova Bandeirantes
0103	Juruena	0203	Apiacás
0104	Cotriguaçu	0204	Nova Monte Verde
0105	Aripuanã	0205	Paranaíta
0106	Colniza	0206	Carlinda
0107	Rondolândia	0207	Nova Canaã do Norte
		0208	Colíder
		0209	Nova Santa Helena
		0210	Terra Nova do Norte
		0211	Novo Mundo
		0212	Guarantã do Norte
		0213	Matupá
		0214	Peixoto de Azevedo
		0215	Nova Guarita
0300	REGIÃO III	0400	REGIÃO IV
0301	Vila Rica (Cidade Pólo)	0401	Barra do Garças (Cidade Pólo)
0302	Santa Terezinha	0402	Querência
0303	Confresa	0403	Ribeirão Cascalheira
0304	Porto Alegre do Norte	0404	Canarana
0305	Santa Cruz do Xingu	0405	Nova Nazaré
0306	São José do Xingu	0406	Água Boa
0307	Cana-Brava do Norte	0407	Cocalinho
0308	Alto Boa Vista	0408	Campinápolis



Estado de Mato Grosso

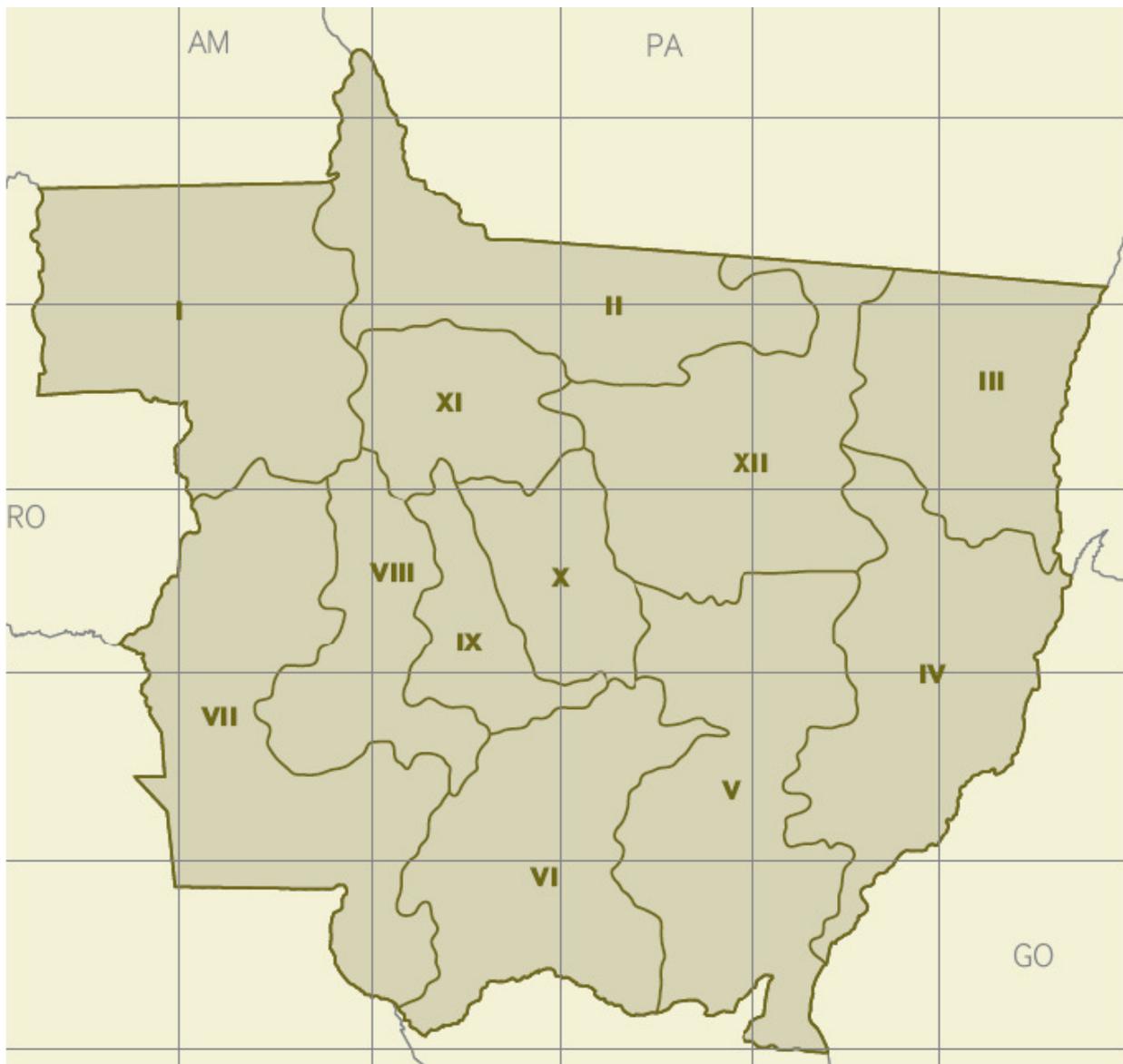
0309	São Félix do Araguaia	0409	Nova Xavantina
0310	Serra Nova Dourada	0410	Novo São Joaquim
0311	Bom Jesus do Araguaia	0411	Araguaiana
0312	Novo Santo Antônio	0412	General Carneiro
0313	Luciara	0413	Pontal do Araguaia
		0414	Torixoréu
		0415	Ribeirãozinho
		0416	Ponta Branca
		0417	Araguainha
0500	REGIÃO V	0600	REGIÃO VI
0501	Rondonópolis (Cidade Pólo)	0601	Cuiabá (Cidade Pólo)
0502	Gaúcha do Norte	0602	Várzea Grande
0503	Paranatinga	0603	Nobres
0504	Santo Antônio do Leste	0604	Rosário Oeste
0505	Campo Verde	0605	Acorizal
0506	Primavera do Leste	0606	Jangada
0507	Dom Aquino	0607	Planalto da Serra
0508	Poxoréo	0608	Nova Brasilândia
0509	Tesouro	0609	Chapada dos Guimarães
0510	Jaciara	0610	Nossa Senhora do Livramento
0511	São Pedro da Cipa	0611	Santo Antônio do Leverger
0512	Juscimeira	0612	Barão do Melgaço
0513	Pedra Preta	0613	Poconé
0514	Guiratinga		
0515	São José do Povo		
0516	Alto Garças		
0517	Itiquira		
0518	Alto Araguaia		
0519	Alto Taquari		
0700	REGIÃO VII	0800	REGIÃO VIII
0701	Cáceres (Cidade Pólo)	0801	Tangará da Serra (Cidade Pólo)
0702	Porto Esperidião	0802	Porto Estrela
0703	Mirassol D'Oeste	0803	Barra dos Bugres
0704	Glória D'Oeste	0804	Nova Olímpia
0705	São José dos Quatro Marcos	0805	Denise
0706	Curvelândia	0806	Santo Afonso
0707	Araputanga	0807	Campo Novo do Parecis
0708	Indiavaí	0808	Brasnorte
0709	Figueirópolis D'Oeste		
0710	Lambari D'Oeste		
0711	Rio Branco		
0712	Salto do Céu		
0713	Reserva do Cabaçal		
0714	Jauru		
0715	Vale de São Domingos		
0716	Pontes e Lacerda		
0717	Vila Bela da Santíssima Trindade		
0718	Conquista D'Oeste		
0719	Nova Lacerda		
0720	Comodoro		
0721	Campos de Júlio		
0722	Sapezal		
0900	REGIÃO IX	1000	REGIÃO X
0901	Diamantino (Cidade Pólo)	1001	Sorriso (Cidade Pólo)
0902	Alto Paraguai	1002	Nova Mutum
0903	Nortelândia	1003	Santa Rita do Trivelato
0904	Arenópolis	1004	Lucas do Rio Verde
0905	Nova Marilândia	1005	Tapurah
0906	São José do Rio Claro	1006	Ipiranga do Norte
0907	Nova Maringá	1007	Itanhangá



Estado de Mato Grosso

1100	REGIÃO XI	1200	REGIÃO XII
1101	Juara (Cidade Pólo)	1201	Sinop (Cidade Pólo)
1102	Porto dos Gaúchos	1202	Nova Ubiratã
1103	Novo Horizonte do Norte	1203	Feliz Natal
1104	Tabaporã	1204	Vera
		1205	Santa Carmem
		1206	Cláudia
		1207	União do Sul
		1208	Itaúba
		1209	Marcelândia
9900	REGIÃO XIII - TODO ESTADO		

MAPA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO





Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso



RAG 2008

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

EVOLUÇÃO DOS
INDICADORES DO
PLANO PLURI-ANUAL



Estado de Mato Grosso



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2008/2011

A avaliação consiste na emissão de juízos de valor e freqüentemente se reveste de uma grande subjetividade. Para que a avaliação das políticas públicas avance na objetividade é necessário negociar e estabelecer padrões ou parâmetros que sejam aceitos por uma parcela significativa da sociedade. Estes padrões ou parâmetros pelos quais se avaliam os resultados das intervenções são denominados indicadores. Para algumas áreas de políticas públicas os indicadores já estão amplamente negociados e são bastante aceitos como padrões para a avaliação da evolução dos problemas da sociedade.

Os Objetivos Estratégicos são resultados prioritários a serem perseguidos no horizonte de tempo dos Planos e as estratégias são as linhas de ação, os meios para se alcançar os Objetivos Estratégicos, ou seja, são iniciativas altamente relevantes que indicam como a organização procurará alcançar cada Objetivo Estratégico.

Considerando a Visão de Futuro expressa no Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso MT+20 e os desafios colocados para o seu alcance, foram identificadas iniciativas para o longo, médio e curto prazos e uma carteira que poderia compor o Plano Plurianual para o período 2008 a 2011. Estas iniciativas foram avaliadas considerando as condições econômicas e políticas do Estado, resultando nos Objetivos Estratégicos e Estratégias relacionados a seguir. As estratégias que foram consideradas prioritárias estão destacadas em negrito e foram utilizadas para orientar a elaboração programas prioritários do governo.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

“Melhoria de qualidade de vida”

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH tem sido amplamente utilizado para medir as condições de vida de uma população é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-longevidade), Educação (IDH-educação) e Renda (IDH-renda).

Tabela X – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano nos Estados do Centro Oeste

Estados	1970	1980	1991	2000
DF - Distrito Federal	0,652	0,751	0,799	0,844
GO – Goiás	0,404	0,660	0,700	0,776
MS - Mato Grosso do Sul	0,437	0,690	0,716	0,778
MT - Mato Grosso	0,396	0,618	0,685	0,773

Fonte: IPEADATA

Índice de Desenvolvimento Humano

Mato Grosso é o segundo estado com menor índice de desigualdade social

Reduções no grau de pobreza de uma sociedade requerem o crescimento econômico ou o declínio da desigualdade. Este fato é, certamente, uma das principais razões pelas quais os objetivos das políticas públicas centram-se na busca do crescimento e da igualdade. As diversas



Estado de Mato Grosso

políticas, no entanto, não são homogêneas com relação ao seu impacto sobre estas duas variáveis. Algumas se voltam mais para o combate à desigualdade enquanto outras se dedicam a fomentar o crescimento econômico, cujos modelos centrados em commodities agrícolas internacionais tem sido contestadas (Barros e Mendonça, 1997).

Segundo PNUD (2004), o objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é oferecer uma forma de verificar o perfil social da população de uma área geográfica, em contraponto a outro indicador muito utilizado, o produto interno bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica de desenvolvimento. O IDH foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen e não abrange todos os aspectos de desenvolvimento, tão pouco indica o melhor lugar do mundo para se viver. Para seu cálculo, são considerados três sub-índices: longevidade, educação e renda.

O IDH foi incorporado aos critérios de redistribuição do ICMS para os municípios do Mato Grosso, estabelecido pela lei estadual N° 157/2003 de 1 de junho de 2004.

Preteritamente, as cidades que tinham uma "economia dinâmica" recebiam mais recursos e aquelas que estavam estagnadas ou cresciam pouco, eram ainda mais penalizadas (PNUD, 2004).

Índice de Desenvolvimento Humano

Observa-se na **Figura 6**, que dentre os municípios do Estado do Mato Grosso, aquele com o melhor IDH em 1991 era Sinop (MT), com um valor de 0,764 e o município com o pior IDH neste ano foi Porto Estrela (MT), com um valor de 0,531. Entre os 126 municípios que compõem o estado, nenhum deles possuía valores de IDH entre 0,200 e 0,350; 54,8% dos municípios possuíam valor de IDH entre 0,500 e 0,650 e 45,2% dos municípios tinham valores de IDH entre 0,650 e 0,800. Não observou-se municípios com valores de IDH superiores a 0,80.

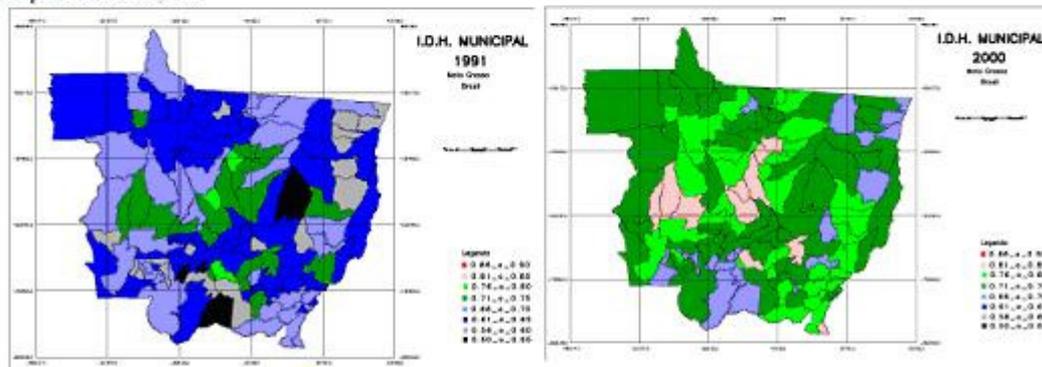


Figura 6: mapas temáticos de IDH municipal para os anos de 1991 e 2000

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o estado do Mato Grosso ficou em média em 0,773. Segundo a classificação do PNUD, o Estado está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano, com uma faixa de IDH compreendendo entre 0,5 e 0,8. O município com o melhor IDH em 2000 era Sorriso, localizado no centro do estado, com 0,824, e o município com o pior IDH era Porto Estrela, com 0,654. Dos 126 municípios no estado do Mato Grosso, nenhum apresentou valor de IDH entre 0,200 e 0,650, 114 ou 90,5% dos municípios possuíam IDH entre 0,650 e 0,800, e 12 ou 9,5% dos municípios possuíam um valor entre 0,800 e 1,000. Nota-se ainda na figura 7 houve grande avanço em qualidade de vida estimada pelo índice de desenvolvimento humano.

No período estudado (1991-2000), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Mato Grosso cresceu 12,85%, passando de 0,685 em 1991 para 0,773 em 2000.



Estado de Mato Grosso

A qualidade de vida está fortemente relacionada com as condições de *Emprego, Renda e Cidadania, Esporte e Lazer, Segurança Pública, Habitação e Saneamento*, para as quais foram definidas as seguintes estratégias:

1. Fomento e capacitação das micro e pequenas empresas para geração de emprego e renda;
2. Capacitação especial e intermediação de emprego para os segmentos sociais mais vulneráveis da população (incluindo idosos e portadores de deficiência)
3. Articulação das políticas públicas (educação, saúde, renda) voltadas para as populações mais vulneráveis;
- 4. Utilização de espaços escolares para iniciativas de inclusão social, combinando capacitação (contempla inclusão digital dos jovens), esportes e cultura;**
5. Capacitação e intermediação de emprego para jovens egressos da educação básica (primeiro emprego);
6. Estímulo a práticas esportivas, recreativas e educativas na rede pública de ensino e nas comunidades integradas de esporte e lazer.
- 7. Ampliação do acesso à moradia das camadas mais pobres da população;**
- 8. Estimular a expansão e melhoria do saneamento básico.**
9. Implantação de sistema de inteligência;
10. Combate ao crime organizado;
- 11. Melhoria da eficiência e eficácia operacional dos órgãos de combate à criminalidade.**

Os avanços nestes setores podem ser aferidos pelos indicadores que se seguem:

a) Renda domiciliar *per capita* - é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. Valores expressos em reais de setembro de 2001.

Renda domiciliar - per capita - R\$ de fev 2002

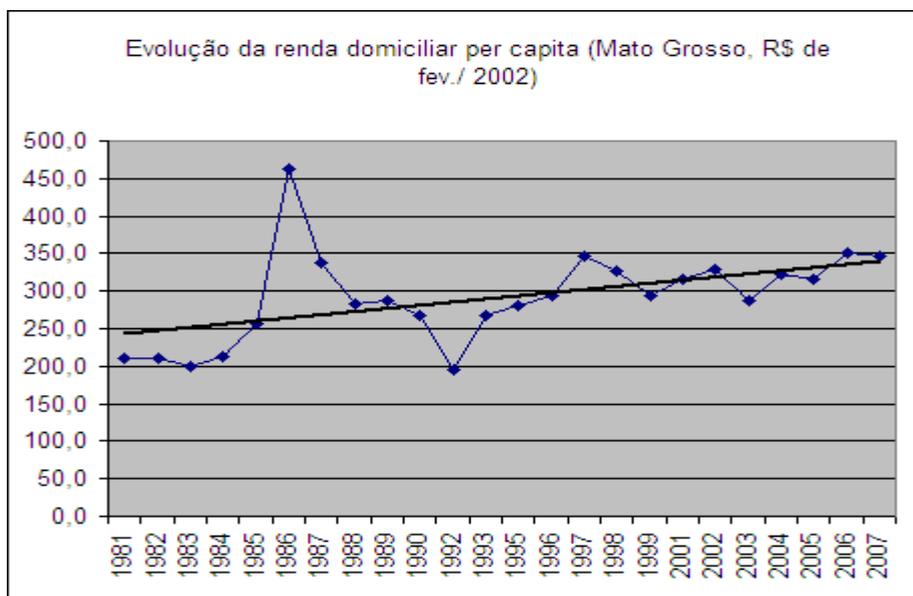
Ano	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso
1981	459,9	209,1	240,6	210,7
1982	499,2	224,3	248,6	211,1
1983	402,1	191,1	211,8	200,3
1984	406,3	205,9	235,3	213,5
1985	486,8	248,0	274,2	256,0
1986	691,8	438,2	431,3	462,4
1987	523,3	281,6	316,9	337,1
1988	524,9	251,2	291,1	281,9
1989	604,5	332,7	290,9	288,1
1990	607,7	301,2	283,1	267,2
1992	423,1	252,6	254,0	195,3
1993	512,1	269,1	253,9	268,6
1995	620,2	265,7	300,8	280,1
1996	595,3	300,1	315,8	294,9
1997	667,3	288,1	315,3	346,8
1998	685,4	316,3	309,5	327,6
1999	628,6	287,7	297,3	293,3
2001	602,2	299,9	320,5	316,1
2002	645,3	308,1	336,7	329,7
2003	592,6	285,6	307,3	286,8
2004	604,0	316,1	309,6	321,5
2005	658,3	336,2	329,5	315,2
2006	743,5	353,5	381,2	350,5



Estado de Mato Grosso

2007	823,5	389,3	439,4	346,5
------	-------	-------	-------	-------

Fonte: IPEADATA



Fonte: IPEADATA

A renda domiciliar per capita de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. Valores expressos em reais de fev de 2002.

b) Grau de apropriação da renda nos diversos estratos da população.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS 2008 UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO – MT

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	10,1	%
Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade	24,9	%
Arranjos familiares residentes em domicílios particulares	923	Mil Famílias
Arranjos familiares, do tipo unipessoal, residentes em domicílios particulares	13,6	%
Arranjos familiares, do tipo casal sem filhos, residentes em domicílios particulares	16,3	%
Arranjos familiares, do tipo casal com filhos, residentes em domicílios particulares	50,9	%
Arranjos familiares, do tipo mulher sem cônjuges com filhos, residentes em domicílios particulares	13,2	%
Famílias, com crianças de 0 a 6 anos de idade, com rendimento familiar per capita até 1/2 SM	39,9	%
Crianças de 0 a 6 anos de idade, com rendimento familiar per capita até 1/2 SM	45,1	%
Frequência escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, pertencentes ao 1º quinto de rendimento mensal familiar per capita	80,5	%
Frequência escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, pertencentes ao 5º quinto de rendimento mensal familiar per capita	81,8	%
Jovens de 18 e 19 anos de idade que só trabalham	33,4	%
Taxa de atividade das crianças de 10 a 15 anos de idade, na semana de referência	17,5	%
Taxa de atividade das crianças do sexo masculino de 10 a 15 anos de idade	22,0	%
Taxa de atividade das crianças do sexo feminino de 10 a 15 anos de idade	12,6	%
População de 60 anos ou mais de idade	7,5	%



Estado de Mato Grosso

População de 80 anos ou mais de idade	0,6	%
Pessoas de 60 anos ou mais de idade sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	44,3	%
Pessoas de 60 anos ou mais de idade com rendimento domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo	17,1	%
Pessoas de 60 anos ou mais de idade aposentadas e/ou pensionistas	64,3	%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - branca	5,8	%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - preta	17,6	%
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - parda	11,5	%
Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - branca	7,7	anos de estudo
Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - preta	5,8	anos de estudo
Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - parda	6,2	anos de estudo
Pessoas com 12 anos ou mais de estudo e pessoas que freqüentam o ensino superior, distribuição percentual, por sexo - homens	43,4	%
Pessoas com 12 anos ou mais de estudo e pessoas que freqüentam o ensino superior, distribuição percentual, por sexo - mulheres	56,6	%
Proporção de homens de 10 anos ou mais de idade, que cuidam de afazeres domésticos, ocupados na semana de referência	56,0	%
Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade, que cuidam de afazeres domésticos, ocupados na semana de referência	89,8	%

Fonte: IBGE, PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2007

c) Índice de Gini – que varia de 0 (ausência de desigualdade) a 1 (desigualdade máxima)

Evolução de alguns indicadores de desigualdade em Mato Grosso, 1981 a 2007

ANO	10%+ (%)	20%+ (%)	10%- (%)	40%- (%)	40%-/20%+ (%)	40%-/10%+ (%)	10%-/10%+ (%)	índice de Gini
1981	41,6	56,8	1,6	12,4	10,9	7,5	3,8	0,5160
1982	41,1	57,2	1,4	11,5	10,1	7,0	3,4	0,5156
1983	44,1	59,6	1,4	10,7	9,0	6,1	3,2	0,5432
1984	44,2	60,0	1,1	10,1	8,4	5,7	2,5	0,5478
1985	42,7	59,0	1,4	10,6	9,0	6,2	3,3	0,5386
1986	49,5	64,7	1,2	9,2	7,1	4,6	2,4	0,5936
1987	50,2	65,4	0,8	7,9	6,0	3,9	1,6	0,6088
1988	51,6	66,8	0,9	7,8	5,8	3,8	1,7	0,6212
1989	48,4	64,2	1,0	8,5	6,6	4,4	2,1	0,5927
1990	44,2	60,9	1,1	9,6	7,9	5,4	2,5	0,5578
1992	40,2	56,1	1,1	11,2	10,0	7,0	2,7	0,5146
1993	48,2	62,9	1,1	9,8	7,8	5,1	2,3	0,5741
1995	44,8	60,3	1,0	10,2	8,5	5,7	2,2	0,5530
1996	45,7	61,9	0,8	9,3	7,5	5,1	1,8	0,5705
1997	50,6	65,4	0,8	8,7	6,7	4,3	1,6	0,6066
1998	47,3	62,7	1,0	9,7	7,7	5,1	2,1	0,5752
1999	43,8	59,5	1,2	10,8	9,1	6,2	2,7	0,5420
2001	46,7	62,0	0,8	9,7	7,8	5,2	1,7	0,5693
2002	45,9	62,2	0,9	9,5	7,6	5,2	2,0	0,5710
2003	43,73	60,0	1,06	9,41	7,8	5,4	2,4	0,5455
2004	41,68	58,0	1,25	10,25	8,8	6,1	3,0	0,5260
2005	41,47	57,5	1,18	10,49	9,1	6,3	2,8	0,5202
2006	42,97	58,1	1,25	11,49	9,9	6,7	2,9	0,5278
2007	41,55	57,07	1,29	11,81	10,3	7,1	3,1	0,5150

Variável: rendimento domiciliar *per capita*

Fonte: IBGE/ IPEADADTA

Nota: 10%+: leia-se renda apropriada pelos 10% mais

20%+: leia-se renda apropriada pelos 20% mais

10%-: leia-se renda apropriada pelos 10% mais

40%-: leia-se renda apropriada pelos 40% mais

Gini: índice que varia de 0 (ausência de desigualdade) a 1 (máxima desigualdade)



Estado de Mato Grosso

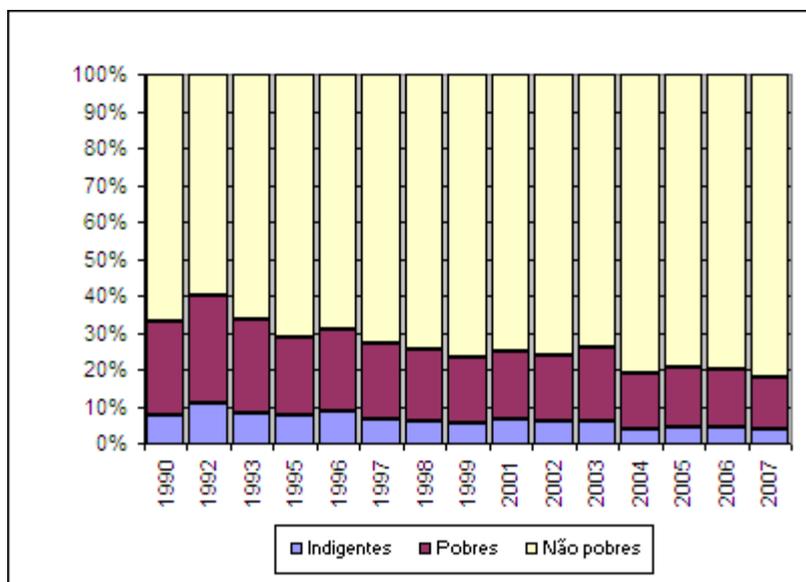
10%-/10%+: razão entre a renda média dos 10% mais pobres e a renda média dos 10% mais ricos (em %)

1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
0,04923	0,08565		0,04680	0,06470	0,05416	0,06428	0,07587	0,07722		0,09237	0,08124	0,05588	0,04160	
2	4	0,09075	4	2	6	4	5	2	0,0778	6	4	9	1	0
0,11889	0,10835	0,10159	0,09820	0,08139	0,07537	0,06878	0,08321	0,07395	0,06840	0,07424	0,04275	0,04766	0,03329	0,03418
3	5	6	5	8	5	5	1	1	9	5	2	6	8	3
	0,10193	0,10091	0,07066	0,09385	0,07735	0,05704	0,08378	0,07839	0,06301	0,05609	0,05930	0,05922	0,04182	0,02800
0,08655	3	9	9	7	5	1	9	9	5	6	7	6	5	5
0,09539	0,13225	0,09449	0,08866	0,10193	0,08141	0,06944	0,06732	0,08347	0,07656	0,07793	0,04220	0,04784	0,04561	0,04199
8	8	5	8	3	2	8	8	9	6	1	2	2	6	6
1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
0,16693	0,27497	3	6	4	4	5	0,21342	8	4	5	9	5	0,15656	0
0,32012	0,31859	0,36054		0,26781	0,24328	0,24189	0,26648	0,25274	0,23429	0,23726		0,18806	0,14466	0,12853
6	1	1	0,2908	4	3	7	6	5	6	1	0,1899	6	1	8
0,32496	0,32387	0,33896	0,24667	0,27423	0,23487	0,20498	0,25799	0,22561	0,21996	0,22039	0,21465	0,19043	0,13215	
5	6	8	2	7	2	6	2	1	5	7	8	9	1	0,12474
	0,36489	0,32462	0,25451	0,27062	0,25132		0,22850	0,23382	0,23185	0,25498	0,19262	0,18532	0,16484	0,14240
0,30244	5	6	8	4	9	0,23418	6	2	4	8	7	7	1	3

d) Indigência e pobreza – indigentes são aqueles cuja renda é insuficiente para comprar uma cesta alimentar que satisfaça requisitos mínimos em termos nutricionais e pobres são aqueles cujo de rendimento nominal mensal familiar per capita não ultrapassa meio salário mínimo.

Indicadores de indigência e pobreza em Mato Grosso (%)

Ano	Especificação		
	Indigentes	Pobres	Não pobres
1990	8,4	27,5	72,5
1992	12,1	32,8	67,2
1993	8,9	27,5	72,5
1995	8,3	23,0	77,0
1996	9,4	24,5	75,5
1997	6,9	21,8	78,2
1998	6,2	20,7	79,3
1999	5,5	19,2	80,8
2001	7,0	19,9	80,1
2002	6,1	19,3	80,7
2003	6,4	21,4	78,6
2004	3,8	15,9	84,1
2005	4,8	17,0	83,0
2006	4,6	16,5	83,5
2007	4,2	14,2	85,8





Estado de Mato Grosso

Fonte: IBGE/IPEADATA - dados da PNAD

Nota: indigentes: aqueles cuja renda é insuficiente para comprar uma cesta alimentar que satisfaça requisitos mínimos em termos nutricionais

e) Condições de habitabilidade dos domicílios – Percentual de pessoas em domicílios com água potável canalizada, Percentual de pessoas em domicílios com instalação adequada de esgoto água potável, Percentual de pessoas em domicílios com densidade superior a 2 por dormitório.

POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS- PNAD 2008	9,07	%
População residente - 5 a 9 anos	8,82	%
População residente - 10 a 14 anos	10,28	%
População residente - 15 a 19 anos	9,42	%
População residente - 20 a 24 anos	8,68	%
População residente - 25 a 29 anos	9,01	%
População residente - 30 a 34 anos	8,19	%
População residente - 35 a 39 anos	7,38	%
População residente - 40 a 44 anos	6,94	%
População residente - 45 a 49 anos	6,02	%
População residente - 50 a 54 anos	4,83	%
População residente - 55 a 59 anos	3,88	%
População residente - 60 a 64 anos	2,55	%
População residente - 65 a 69 anos	2,14	%
População residente - 70 anos ou mais	2,81	%
População residente - Naturais do município	41,66	%
População residente - Naturais do município - sempre residiram no município	33,20	%
População residente - Não naturais do município	58,34	%
População residente - Não naturais do município e naturais da unidade da federação	17,51	%
População residente - Não naturais do município e naturais da unidade da federação - sempre residiram na unidade da federação	15,97	%
População residente - Não naturais do município e não naturais da unidade da federação	40,83	%
Pessoas de 10 anos ou mais de idade - Grupos de anos de estudo - Sem instrução e menos de 1 ano	11,56	%
Pessoas de 10 anos ou mais de idade - Grupos de anos de estudo - 1 a 3 anos	14,73	%
Pessoas de 10 anos ou mais de idade - Grupos de anos de estudo - 4 a 7 anos	32,96	%
Pessoas de 10 anos ou mais de idade - Grupos de anos de estudo - 8 a 10 anos	17,30	%
Pessoas de 10 anos ou mais de idade - Grupos de anos de estudo - 11 a 14 anos	18,02	%
Pessoas de 10 anos ou mais de idade - Grupos de anos de estudo - 15 anos ou mais	5,26	%
Distribuição das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, na semana de referência - homens	63,04	%
Distribuição das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, na semana de referência - mulheres	36,96	%
Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares - sexo da pessoa de referência da família - homens	74,46	%
Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares - sexo da pessoa de referência da família - mulheres	25,54	%
Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares - condição de atividade na semana de referência da pessoa de referência da família – economicamente ativas	81,86	%
Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares - condição de atividade na semana de referência da pessoa de referência da família – economicamente ativas - ocupadas	78,63	%
Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares - condição de atividade na semana de referência da pessoa de referência da família - não economicamente ativas	18,14	%
Domicílios particulares permanentes - serviços - rede geral de abastecimento de água - com canalização interna	91,63	%
Domicílios particulares permanentes - serviços - rede geral de abastecimento de água - sem canalização interna	8,37	%



Estado de Mato Grosso

Domicílios particulares permanentes - serviços - rede coletora de esgoto	9,76	%
Domicílios particulares permanentes - serviços - fossa séptica	16,32	%
Domicílios particulares permanentes - coleta de lixo (coletado diretamente)	72,86	%
Domicílios particulares permanentes - coleta de lixo (coletado indiretamente)	2,05	%
Domicílios particulares permanentes - serviços - Iluminação elétrica	95,65	%
Domicílios particulares permanentes - serviços – telefone	68,80	%
Domicílios particulares permanentes - existência de alguns bens duráveis - fogão	96,64	%
Domicílios particulares permanentes -existência de alguns bens duráveis - filtro de água	52,24	%
Domicílios particulares permanentes - existência de alguns bens duráveis - geladeira	88,23	%
Domicílios particulares permanentes - existência de alguns bens duráveis - freezer	20,54	%
Domicílios particulares permanentes - existência de alguns bens duráveis - máquina de lavar roupa	28,13	%
Domicílios particulares permanentes - existência de alguns bens duráveis - rádio	78,76	%
Domicílios particulares permanentes - existência de alguns bens duráveis - televisão	87,45	%
Domicílios particulares permanentes - existência de microcomputador	18,12	%
Moradores em domicílios particulares permanentes - Microcomputador - Possuíam	18,37	%
Moradores em domicílios particulares permanentes - Microcomputador com acesso à Internet - Possuíam	12,32	%
Moradores em domicílios particulares permanentes - Microcomputador - Não possuíam	81,63	%
Moradores em domicílios particulares permanentes - Telefone - Possuíam	70,15	%
Moradores em domicílios particulares permanentes - Telefone (somente celular) - Possuíam	43,12	%
Moradores em domicílios particulares permanentes - Telefone (somente fixo convencional) - Possuíam	5,96	%
Moradores em domicílios particulares permanentes - Telefone (celular e fixo convencional) - Possuíam	21,07	%
Moradores em domicílios particulares permanentes - Telefone - Não possuíam	29,85	%

Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2007

Tabela X - Evolução dos indicadores de habitabilidade em Mato Grosso (%).

Ano	Água potável	Esgoto	Densidade
1995	68,3	22,9	25,0
1996	71,9	21,6	23,0
1997	75,4	34,7	25,0
1998	78,9	33,4	21,0
1999	77,7	28,2	20,0
2001	79,7	37,2	22,0
2002	81,9	46,8	19,0
2003	84,0	45,6	19,0
2004	83,3	36,7	19,0
2005	89,7	44,3	18,0

Fonte: IPEADATA

f) - Taxas de mortalidade por homicídios e acidentes de transportes

Taxa de mortalidade específica por causas externas

TME p/acidentes de transporte TME p/homicídios TME p/suicídios TME p/event.intenção indeterm. TME p/demais causas externas TME p/causas externas por Ano

Unidade da Federação: Mato Grosso

Faixa etária: 15 a 19 anos, 20 a 24 anos

Sexo: Feminino

Período:1994-2005

Ano	TME_p/acidentes de transporte	TME_p/homicídios	TME_p/suicídios	TME_p/event. intenção indeterm.	TME_p/demais causas externas	TME_p/causas externas
-----	-------------------------------	------------------	-----------------	---------------------------------	------------------------------	-----------------------



Estado de Mato Grosso

1994	5,14	1,71	3,86	2,57	9,85	23,13
1995	9,15	8,32	3,74	0,83	7,07	29,12
1996	13,36	12,07	4,74	0,43	5,60	36,21
1997	8,00	9,27	2,95	0,00	4,63	24,86
1998	14,05	11,99	4,96	0,41	4,96	36,37
1999	9,74	10,55	3,65	0,41	3,25	27,58
2000	12,44	6,22	3,50	0,00	2,72	24,88
2001	9,92	10,30	4,19	0,38	2,29	27,08
2002	16,12	10,50	5,62	0,75	4,87	37,86
2003	11,43	8,11	2,58	0,74	4,05	26,91
2004	11,39	11,75	5,34	0,71	2,14	31,33
2005	13,28	6,99	2,80	0,70	1,75	25,52
Total	11,26	9,00	3,99	0,65	4,32	29,22

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Notas:

1. Nas tabulações por faixa etária ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente.
2. TME - Taxa de mortalidade específica: óbitos por 100.000 habitantes.
3. Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito

Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos, Mato Grosso, 1997-2004

Ano	Taxa
1997	26,70
1998	25,54
1999	24,47
2000	23,49
2001	22,58
2002	21,78
2003	21,04
2004	20,39
2005	19,64
2006 ^[1]	18,50
2007 ^[1]	17,63
2008 ^[1]	16,76

Fonte: Datasus: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2007/c01.htm>

[1] Projeção de tendência (SEPLAN/SEI)

Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos Brasil, 1997-2003

Região e UF	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil (3)	31,9	30,43	28,37	27,23	26,19	24,94	24,11
Região Norte	32,19	31,07	29,78	28,72	27,79	26,98	26,22
Região Nordeste	50,36	47,11	44,31	41,4	39,22	37,24	35,48
Região Sudeste (3)	23,06	21,61	19,96	19,22	18,3	17,35	15,61
Região Sul	17,54	18,72	17,17	17,03	16,4	16,05	15,78
Região Centro-Oeste (3)	24,36	23,32	21,86	20,95	20,63	19,26	18,71
Mato Grosso do Sul	26,12	25,24	24,87	23,83	24,01	20,33	20,13
Mato Grosso	26,7	25,54	24,47	23,49	22,58	21,78	21,04
Goiás	24,41	23,34	22,49	21,5	20,71	20,02	19,41
Distrito Federal	19,12	18,33	15,14	14,4	15,18	13,65	13,3



Estado de Mato Grosso

Fontes:

MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Convenção:

(x) indica dado numérico omitido na construção do IDB-2006

Notas:

1. Calculada diretamente dos sistemas SIM e SINASC, para os estados que atingiram índice final (cobertura e regularidade do SIM) igual ou superior a 80% e cobertura do SINASC igual ou superior a 90%.

Cobertura vacinal - Cobertura de tetravalente, Cobertura de poliomielite, Cobertura de BCG, Cobertura de hepatite B, Cobertura de tríplice viral, Cobertura de DPT, Cobertura de sarampo, Cobertura de haemophilus B segundo Ano

Unidade da Federação: Mato Grosso

Período: 2000-2006

Ano	Cobertura de tetravalente	Cobertura de poliomielite	Cobertura de BCG	Cobertura de hepatite B	Cobertura de tríplice viral	Cobertura de DPT	Cobertura de sarampo	Cobertura de haemophilus B
TOTAL	58,25	111,29	110,06	89,13	88,22	41,93	47,24	37,48
2000	-	125,46	113,33	81,56	-	93,94	117,88	74,88
2001	-	117,54	115,54	88,94	-	100,82	116,17	94,24
2002	-	111,61	112,31	88,4	-	104,68	102,84	99,05
2003	100,94	108,27	108,02	89,75	120,92	-	-	-
2004	101,03	105,74	107,78	90,12	107,87	-	-	-
2005	99,93	107,17	108,04	91,7	105,19	-	-	-
2006	100,21	103,53	105,76	93,37	103,74	-	-	-

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI)

Notas:

1. Informações não disponíveis para AL, AP, DF, MG, MS, PB, PR, RJ, RS, SE, SP e TO em 1994, para MG, MS e TO em 1995 e para MG em 1996.
2. Para poliomielite, só estão incluídas as vacinações de rotina.
3. A partir de 2003, a vacina contra sarampo foi substituída pela Tríplice Viral (SCR - sarampo, caxumba e rubéola) em crianças de 1 ano e a vacina Tetravalente (DTP + Hib) substitui as vacinas DTP (difteria, coqueluche e tétano) e Hib (Haemophilus influenzae tipo b), sendo que esta havia sido implantada em 1999.
4. Informações para DPT e Hib em 2001 e 2002 incluem doses de vacina tetravalente.
5. Até 2000, o número de crianças menores de 1 ano é obtido a partir de estimativas populacionais não revisadas pelos Censos e Contagens Populacionais. Para mais detalhes, veja as Notas Técnicas do SI-PNI.
6. A partir de 2001, para os estados do AC, AP, DF, ES, GO, MS, PE, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SE e SP, o número de crianças menores de 1 ano e de 1 ano é o número de nascidos vivos captados pelo Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC). Para os demais estados, a fonte são as estimativas populacionais do IBGE. Para mais detalhes, veja as Notas Técnicas do SI-PNI.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 2**

“Aumento do nível geral da saúde”, com as seguintes estratégias:

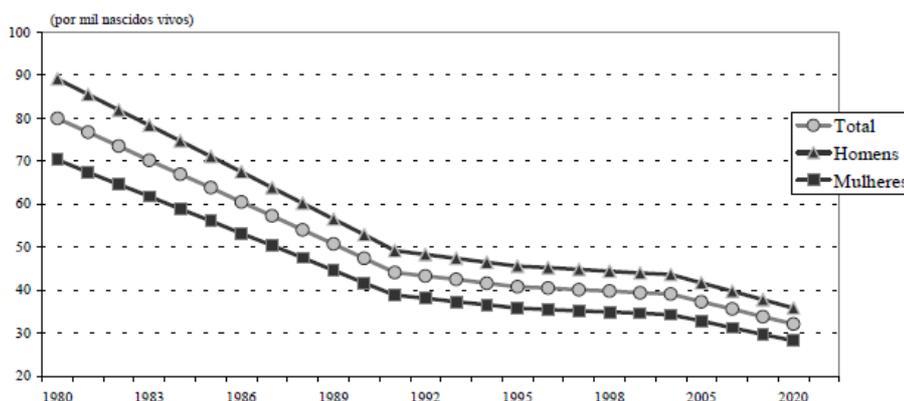
- 1- fortalecimento das ações de vigilância a saúde;
- 2- fortalecimento da atenção básica a saúde;
- 3- ampliação e manutenção da regionalização e regulação da rede de assistência a saúde.

O nível de saúde da população pode ser mensurado pelos indicadores que se seguem:

a) mortalidade infantil-número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos. Este indicador é muito utilizado para medir as condições de saúde pois incorpora muitas variáveis como atendimento pré e neonatal, nutrição, saneamento, entre outros.

A análise da evolução da mortalidade permite acompanhar mudanças do perfil epidemiológico de uma população por meio de aspectos da sua estrutura, dos níveis e da sua tendência.

Gráfico 6 - Taxa de mortalidade infantil, por sexo, Brasil —1980-2020



FONTE: IBGE, Anuário Estatístico 1998.

Tabela X - Evolução da mortalidade infantil em Mato Grosso (por mil nascidos vivos).

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 ^[1]	2005 ^[2]
Taxa	26,7	25,54	24,47	23,49	22,58	21,78	21,04	18,92	17,75

Fonte: Datasus

1] Estimativa com base em dados de nascidos vivos e óbitos infantis divulgados pelo datasus

2] Dado da SES/MT (site oficial)

b) Cobertura pelo Programa Saúde da Família

Tabela X – Cobertura do Programa Saúde da Família em 2006 no Estado de Mato Grosso.

Ano	Mês	Nº de ESF credenciadas pela CIB*	Nº de ESF no SIAB**	Nº de ESF implantados	Cobertura populacional da SF (%)	População
2006	12	572	471	471	52,62	2.943.214

Fonte: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/>

*Comissões Intergestores Bipartite (Dirigentes da Secretaria de Estado e dos Municípios)

**Sistema de Informação da Atenção Básica



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

“Ampliação da educação, com universalização da educação básica (infantil, fundamental e média) e elevação do nível e da qualidade dos ensinos médio e fundamental”, com as seguintes estratégias:

- 1. Reestruturação da gestão do sistema educacional.**
2. Fortalecimento da educação rural e regional
3. Melhoria da infra-estrutura da rede física escolar escolas públicas (educação infantil, fundamental e média).

Os avanços na Educação podem ser medidos com os indicadores que se seguem.

- a) Taxa de analfabetismo – são consideradas analfabetas pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever um bilhete simples

Taxa de analfabetismo – pop. de 15 anos ou mais (Mato Grosso)

Ano	Geral
1981	24,7
1982	27,4
1983	24,6
1984	23,1
1985	21,3
1986	22,4
1987	21,6
1988	22,4
1989	19,7
1990	19,9
1991*	17,9
1992	15,8
1993	15,8
1994*	15,6
1995	15,3
1996	11,9
1997	14,4
1998	11,2
1999	11,8
2000*	11,5
2001	11,2
2002	10,2
2003	10,7
2004	10,1
2005	9,7
2006	9,2
2007[1]	9,6
2008[1]	9,3

Fonte: Ipeadata

[1] Projeção de tendência (SEPLAN/SEI)

* Obtidos por média dos extremos



Estado de Mato Grosso

Nota: analfabetos: pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever um bilhete simples

b) - Acesso à escola - razão entre o número de pessoas na faixa de idade considerada que freqüentam a escola e o total de pessoas nesta faixa etária (em %). Entre as pessoas de 15 a 17 anos de idade que estão freqüentando o 2º grau, o indicador inclui também aqueles que já completaram 8 anos de estudo.

Tabela X – Evolução dos indicadores de acesso à escola em Mato Grosso (%).

Ano	Freqüência à Escola		Freqüência ao 2º grau	
	5-6 anos	7-14 anos	15-17 anos	15-17 anos / 2ºG
1995	53,18	91,42	61,77	18,57
1996	53,31	91,11	72,46	22,15
1997	54,48	91,05	69,39	23,88
1998	57,09	95,57	70,81	24,14
1999	59,75	93,52	75,80	28,91
2001	63,84	96,69	77,06	40,04
2002	66,38	5,59	76,86	40,84
2003	72,31	94,78	79,88	42,17
2004	73,20	96,16	75,69	48,42
2005	72,32	96,38	81,36	48,97
2006	77,60			
2007 [1]	80,56			
2008 [1]	83,44			

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br / IPEADATA

[1] Projeção SEPLAN/SEI

c) - Taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental da rede estadual.

Tabela X – Evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Fundamental em Mato Grosso (%).

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	72,0	8,1	20,5
2000	70,1	8,0	22,5
2001	73,4	8,1	19,5
2003	69,8	8,9	22,2
2004	69,8	9,7	21,2
2005	74,2	8,5	18,2

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

d) Taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Médio da rede estadual.

Tabela X – Evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Médio em Mato Grosso (%).

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	70,7	5,6	23,7
2000	67,2	5,0	27,8
2001	68,1	7,1	24,8
2003	63,0	7,4	29,6
2004	63,3	8,0	28,7
2005	63,8	7,0	29,2

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br



Estado de Mato Grosso

e) Defasagem escolar - diferença entre o número de anos de estudo recomendado para uma pessoa em função de sua idade, e o número de anos de estudo atingido pela mesma. Esta medida foi obtida independentemente de a criança estar ou não freqüentando a escola. O indicador consiste no somatório da defasagem de todas as pessoas com idade entre 10 e 14 anos e o número total de pessoas neste mesmo segmento etário.

Tabela X – Evolução da defasagem escolar em Mato Grosso (%).

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Defasagem escolar (anos)	1,71	1,57	1,54	1,34	1,22	1,19	0,98	0,84	0,83	0,76

Fonte: IPEADATA

f) Nível de aprendizagem - proficiência atingida pelos alunos na Língua Portuguesa e Matemática nas Escolas Urbanas Estaduais

Tabela X – Evolução da proficiência nas Escolas Urbanas Estaduais em Mato Grosso.

Assunto	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Língua Portuguesa (4ª Série EF)	172,8	171,0	155,1	149,7	159,4	165,6
Matemática (4ª Série EF)	175,3	178,7	173,9	163,3	170,7	176,1
Língua Portuguesa (8ª Série EF)	249,0	235,7	229,2	229,3	220,2	221,2
Matemática (8ª Série EF)	244,5	228,9	238,8	234,4	234,2	228,1
Língua Portuguesa (3ª Série EM)	278,5	273,5	256,5	259,3	261,6	249,6
Matemática (3ª Série EM)	259,6	262,9	270,1	271,3	262,7	254,5

Fonte: INEP/MEC

Nota: o SAEB é realizado nos anos ímpares, por amostragem.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 4**

“Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do Estado com ampliação dos investimentos e aumento do número de pesquisadores ativos”, com as seguintes estratégias e indicadores:

ENSINO SUPERIOR

1. Descentralização do ensino superior com criação de campi das universidades nos pólos regionais, priorizando os pólos de Confresa e Juina;
2. Melhoria e Fortalecimento das Universidades Públicas;
- 3. Educação a distancia para todos os níveis de educação de jovens e adultos.**

a) Acesso ao Ensino Superior

Tabela X – Evolução do número de matrículas e de concluintes no Ensino Superior em Mato Grosso.

Dependência administrativa / Ano	Total		Federal		Estadual		Municipal		Privado	
	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.
2000	42.681	5.476	13.697	1.673	5.684	827	184	88	23.116	2.888
2001	44.622	6.225	13.994	1.803	5.915	918	209	96	24.504	3.408
2002	52.297	7.295	13.736	1.873	5.703	899	138	0	32.720	4.523
2003	61.151	8.419	15.185	2.045	6.994	852	251	21	38.721	5.501

Fonte: INEP do Ministério da Educação.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Expansão da infra-estrutura e da capacidade de assistência técnica às cadeias produtivas;

2. Articulação com o governo federal para a ampliação dos centros de formação e capacitação profissional continuada em nível técnico e superior orientada para a diversidade sócio-cultural do Estado (instalação de CEFETs nas cidades de Confresa, Pontes e Lacerda, Barra do Garças Rondonópolis, Campo Novo e Juina).

3. Apoio aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com prioridade para a área de biotecnologia.

a) Matrículas e titulações em Mestrado e Doutorado

Tabela X – Evolução da matrícula e titulação em Mestrados e Doutorados no Estado de Mato Grosso.

Ano	Alunos novos		Alunos matriculados (em dezembro)		Alunos titulados	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2000	114	-	261	-	66	-
2001	52	-	203	-	60	-
2002	123	-	204	-	92	-
2003	203	-	320	-	92	-

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia

Tabela X – Evolução dos grupos de pesquisa e sua qualificação em Mato Grosso.

Ano	2000	2002	2004
Grupos de pesquisa	30	114	171



Estado de Mato Grosso

Pesquisadores (P)	169	476	831
Doutores (D)	78	205	408
Percentual de doutores (D / P)	46,2	43,1	49,1

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Concluintes do Ensino Médio em Mato Grosso – 2003

	CONCLUINTES	%
TOTAL GERAL	23.027	100
TIPO DE INSTITUIÇÃO		
Pública	19.365	84
Privada	3.662	16
GÊNERO		
Masculino	9.630	42
Feminino	12.945	56

Fonte: SEE/MT/SEPLAN/Anuário Estatístico. 2004

Tabela 4

Vagas oferecidas na Educação Superior em Mato Grosso – 2003

	1995	2000	2003	2003/1995 (%)
TOTAL	8.492	21.631	35.514	318
FEDERAL	2.242	5.625	4.374	95
ESTADUAL	760	2.130	2.270	199
MUNICIPAL	-	50	190	280
PARTICULAR	5.490	13.826	28.680	422

Fonte: SEPLAN/ Anuário Estatístico. 2004

Nota: Variação da universidade municipal refere-se ao período 2003/2000.

Tabela 6

Alunos Matriculados por Campus da UFMT (2004)

CAMPUS	MATRICULADOS	%
CUIABA	7.365	46,8
RONDONOPOLIS	2.193	13,9
MEDIO ARAGUAIA	734	4,7
TURMAS DE INTERIORIZAÇÃO	5.454	34,6
TOTAL	15.746	100,0

Fonte: UFMT/PROPLAN/Gerência de Informações.

Tabela 7

Nível de formação dos docentes que lecionam no Ensino Médio em Mato Grosso (2003)

NÍVEL DE FORMAÇÃO PROFESSOR	Nº DE PROFESSORES	%	
		MATO GROSSO	BRASIL
Fundamental Completo	15	0,20	0,05
Médio Completo	853	11,53	9,77
Superior Completo	6.528	88,26	90,18
TOTAL DE PROFESSORES	7.396	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MT.



b) produção científica de livros e outras publicações

Tabela X – Evolução da produção científica de livros e outras publicações no Estado de Mato Grosso.

Período	Total de autores		Livros ou capítulos de livros publicados				Outras publicações bibliográficas	
			Livros		Capítulos de livros			
	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante
1998 a 2001	365	161	74	3	229	11	419	25
2000 a 2003	696	271	145	4	456	14	1.295	205

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil E Ministério da Ciência e Tecnologia

c) produção científica de artigos.

Tabela X – Evolução da Produção científica de artigos completos em periódicos e anais em Mato Grosso.

Período	Total de autores		Artigos completos em periódicos especializados				Trabalhos completos publicados em anais de eventos	
			Circulação nacional		Circulação internacional			
	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante
1998 a 2001	365	161	615	10	255	3	598	75
2000 a 2003	696	271	1.450	31	470	2	1.315	71

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil E Ministério da Ciência e Tecnologia

d) patentes solicitadas e concedidas

Tabela X – Evolução dos pedidos e concessões de patentes em Mato Grosso.

Tipos de patentes	2000		2001		2002		2003		2004	
	Pedida	Concedida.								
Desenho industrial	3	22	1	4	5	-	1	3	1	-
Modelo de utilidade	23	2	19	-	12	1	14	-	9	-
Privilégio de invenção	15	-	10	1	12	-	13	-	12	-
Total	41	24	30	5	29	1	28	3	22	-

Fonte: Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).e Ministério da Ciência e Tecnologia



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

“Formação e expansão da rede de cidades de forma controlada e sustentável, incluindo o monitoramento da geração e do aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos para geração de energia renovável e venda de crédito de carbono”, com a seguinte estratégia:

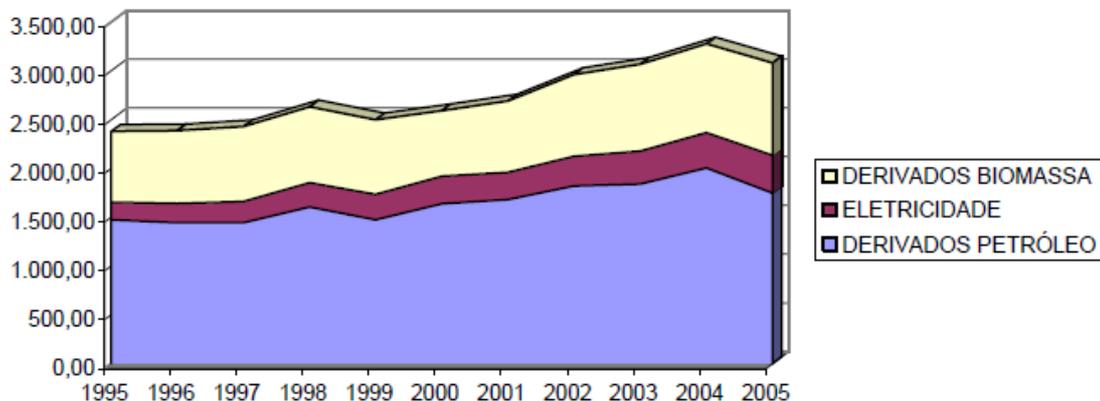
- Melhoria das condições de habitabilidade e Funcionalidade das cidades

Os indicadores mostram a evolução e os avanços ocorridos nos domicílios (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo). Também pode ser avaliada com participação percentual das fontes renováveis de energia consumida no Estado.

Informações sobre a produção, transformação e consumo de energia no Estado, de modo a ser entendido como um dos instrumentos para o planejamento das políticas públicas e de atividades privadas para o setor. Desta maneira, pretende-se que os dados nele contidos sirvam de instrumento para estudos, análises e trabalhos técnicos na área de geração e distribuição de energia e possibilitem que este vetor de desenvolvimento econômico seja utilizado como instrumento de integração social tornando-o acessível a todas as localidades e domicílios, tanto rurais como urbanos.

O Balanço Energético tem entre suas principais funções, o papel de instrumento para a formulação e a consolidação das políticas comuns do setor de infra-estrutura, constituindo-se em um elo fundamental para vários tipos de estudos, tais como: planejamento energético; viabilização de novas tecnologias; busca de eficiência energética; preservação ambiental e desenvolvimento de novos negócios. O acesso da sociedade a fonte de informações sobre energia, vem contribuindo para responder aos desafios e as necessidades da população e do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

GRÁFICO 1.6 - ESTRUTURA DO CONSUMO FINAL ENERGÉTICO POR FONTES
MATO GROSSO - UNIDADE: 10^3 tEP





Estado de Mato Grosso
TABELA 1.7 - EVOLUÇÃO DA DEPENDÊNCIA EXTERNA DE ENERGIA
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
DEMANDA TOTAL DE ENERGIA (a)	2.485,2	2.386,4	2.527,8	2.784,4	2.727,2	2.717,3	2.866,1	3.110,2	3.254,7	3.433,9	3.208,1
• CONSUMO FINAL	2.379,4	2.386,4	2.429,0	2.631,4	2.574,6	2.592,0	2.692,0	2.963,7	3.067,6	3.272,0	3.081,6
• PERDAS (*)	105,8	115,4	98,8	153,0	152,6	125,3	174,1	146,5	187,1	161,9	133,6
PRODUÇÃO ENERGIA PRIMÁRIA (b)	1.180,6	1.332,7	1.433,1	1.533,3	1.494,7	1.280,5	1.584,3	1.754,1	2.069,5	2.090,5	1.942,3
DEPENDÊNCIA EXTERNA (c) = (a) - (b)	1.304,6	1.053,7	1.094,7	1.251,1	1.232,5	1.436,8	1.281,8	1.356,1	1.185,2	1.343,4	1.265,8
DEPENDÊNCIA EXTERNA [(c) / (a)] %	52,5	44,2	43,3	41,7	45,2	52,9	44,7	43,6	36,4	39,2	39,5

(*) Perdas na transformação, distribuição, energia não aproveitada e ajustes (Especificadas na última coluna do Balanço Energético Consolidado).

QUADRO 1 - PRODUÇÃO E CONSUMO "PER CAPITA" DE ENERGIA
MATO GROSSO e BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MATO GROSSO			BRASIL (1)		
		1995	2000	2005	1995	2000	2005
PRODUÇÃO DE ENERGIA PRIMÁRIA	tEP/hab.	0,5	0,5	0,7	1,1	1,2	1,1
PRODUÇÃO DE ENERGIA SECUNDÁRIA	tEP/ hab.	0,1	0,1	0,4	1,0	1,1	0,8
CONSUMO FINAL DE ENERGIA NO SETOR RESIDENCIAL	tEP/ hab.	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1
CONSUMO DE ELETRICIDADE NO SETOR RESIDENCIAL	kWh/ hab.	374	480	481	410	492	451
CONSUMO DE LENHA NO SETOR RESIDENCIAL	m ³ / hab.	0,9	0,5	0,4	0,3	0,3	0,4
CONSUMO DE GLP NO SETOR RESIDENCIAL	kg/ hab.	35	34	30,6	34	34	28

(1) FONTES: IBGE (Pop BR = 184.388.620 hab)
BEN (Dados Energéticos)

QUADRO 2 – EMISSÕES RELATIVAS DE CO₂ NO ESTADO DE MATO GROSSO

POPULAÇÃO 10 ³ hab.			PIB 10 ⁶ /US\$(*)			CONSUMO TOTAL (1) 10 ³ tEP			EMISSÕES DE CO ₂ (2) 10 ³ ton			ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	ANOS			
1995	2000	2005	1995	2000	2005	1995	2000	2005	1995	2000	2005			1995	2000	2005	
1995	2000	2005	1995	2000	2005	1995	2000	2005	1995	2000	2005	(1) EMISSÕES DE CO ₂ / HAB	ton./hab.	2,1	2,3	2,4	
2.319	2.504	2.651	6.942	7.342	10.160 (3)	1513	1792	2.048	4.840	5.807	6.286	(1) EMISSÕES DE CO ₂ / PIB	ton./10 ⁶ US\$	0,7	0,8	0,6 (4)	
													(1) EMISSÕES DE CO ₂ / CONSUMO TOTAL (2)	ton./tEP	3,2	3,2	3,1

(1) Apenas o consumo total dos energéticos de fontes não renováveis.

(2) Apenas as emissões decorrentes dos energéticos de fontes não renováveis (Não Biogênicas).

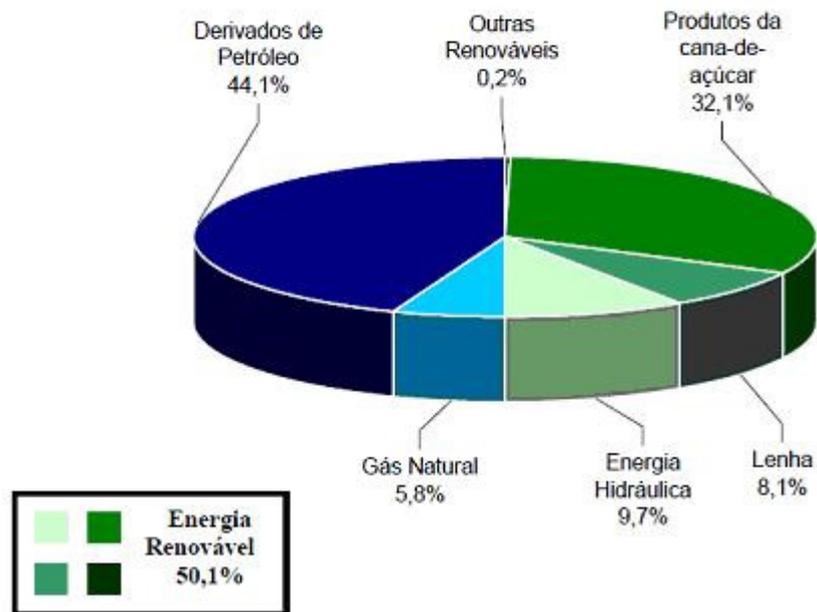
(3) PIB do ano 2004

(4) Emissões de CO₂/ PIB no ano 2004



Estado de Mato Grosso

GRAFICO 1.8 – MATRIZ ENERGETICA DE MATO GROSSO - 2005





Estado de Mato Grosso

ESTADO DE MATO GROSSO

BALANÇO NOS CENTROS DE TRANSFORMAÇÃO

TABELA 2.1 - CENTRAIS ELÉTRICAS SP (*)
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ÓLEO DIESEL (a)	60,9	55,7	49,1	51,9	48,0	46,9	42,6	44,9	44,6	56,4	61,0
GERAÇÃO DE ELETRICIDADE (**)	36,9	35,3	34,4	33,5	34,5	35,0	33,5	33,8	35,4	38,2	42,7
• GERAÇÃO HIDRÁULICA	16,5	16,6	17,2	16,0	17,9	19,4	19,0	19,2	19,9	19,6	19,3
• GERAÇÃO TÉRMICA (b)	20,4	18,7	17,2	17,5	16,6	15,6	14,5	14,6	15,5	18,6	23,4
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c) = (a) - (b)	40,5	37,0	31,9	34,4	31,4	31,3	28,1	30,3	29,1	37,8	37,6
RENDIMENTO DAS TÉRMICAS (%) (1)	33,5	33,6	35,0	33,7	34,6	33,3	34,0	32,5	34,7	33,0	38,4

SP (*) Serviço Público

(1) Rendimento médio

(**) 1 kWh=860 kcal (relação para a transformação de MWh em tEP médio, considerando 10.800 kcal/kg o poder calorífico do petróleo).

TABELA 2.2 - CENTRAIS ELÉTRICAS PI + AP (*)
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BAGAÇO DE CANA (a ₁)	110,1	142,7	172,8	113,6	116,3	100,8	112,2	164,6	172,5	210,6	205,7
GERAÇÃO DE ELETRICIDADE (**)(1)	14,5	46,6	59,2	66,7	68,7	76,2	100,8	171,2	279,5	345,4	403,7
• GERAÇÃO HIDRÁULICA	6,3	36,3	46,9	52,3	53,6	60,3	79,2	143,0	249,3	321,6	376,5
• GERAÇÃO TÉRMICA (b ₁)	8,2	10,3	12,3	14,4	15,1	15,9	21,6	28,2	30,2	23,8	27,2
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₁) = (a ₁) - (b ₁)	101,9	132,4	160,5	99,2	53,6	84,9	90,6	136,4	142,3	186,8	178,5
RENDIMENTO DAS TÉRMICAS (%) (2)	7,4	7,2	7,1	12,7	13,0	15,8	19,2	17,1	17,5	11,3	13,2
ÓLEO DIESEL (TERMOELÉTRICA "MÁRIO COVAS") (3) (a ₂)	-	-	-	7,3	42,6	141,6	199,5	0,1	-	-	-
GERAÇÃO TÉRMICA (b ₂)	-	-	-	0,4	10,7	45,9	94,0	-	-	-	-
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₂) = (a ₂) - (b ₂)	-	-	-	6,9	31,9	95,7	105,5	-	-	-	-
RENDIMENTO DA TÉRMICA (%)	-	-	-	5,6	25,1	32,4	47,1	-	-	-	-
GÁS NATURAL (TERMOELÉTRICA "MÁRIO COVAS") (3) (a ₃)	-	-	-	-	-	-	45,5	411,5	376,8	285,4	238,4
GERAÇÃO TÉRMICA (b ₃)	-	-	-	-	-	-	22,1	215,5	196,8	149,9	105,5
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₃) = (a ₃) - (b ₃)	-	-	-	-	-	-	23,4	196,0	180,0	135,5	132,9
RENDIMENTO DA TÉRMICA (%)	-	-	-	-	-	-	48,6	52,4	52,2	52,5	44,2

(*) PI + AP = Produtor Independente + Auto-Produtor

(2) Rendimento médio.

(**) 1 kWh=860 kcal (relação para a transformação de MWh em tEP médio, considerando 10.800 kcal/kg o poder calorífico do petróleo).

(1) Excluída a geração térmica na termoeletrica "Mário Covas" em Cuiabá.

(3) Em 2001, a Termoeletrica "Mário Covas" operou dez meses com óleo diesel e apenas dois meses com gás natural.

TABELA 2.3 - DESTILARIAS
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PRODUTOS DA CANA	245,4	298,4	341,9	351,1	355,7	302,7	417,0	421,4	514,0	511,8	484,7
• CALDO DE CANA (1)	226,2	272,9	313,4	316,6	321,6	277,3	385,4	386,5	477,7	473,7	449,3
• MELAÇO (2)	19,2	25,5	28,5	34,5	34,1	25,4	31,6	34,9	36,3	38,1	35,4
ALCOOL ETILICO	194,7	234,3	278,5	273,6	278,7	228,1	308,7	340,7	415,5	425,7	400,1
• HIDRATADO	145,8	134,6	173,8	126,2	128,1	86,8	172,1	168,4	159,6	189,1	242,2
• ANIDRO	48,9	99,7	104,7	147,4	150,6	141,3	136,6	172,3	255,9	236,6	157,9
PERDAS	50,7	64,1	63,4	77,5	77,0	74,6	108,3	80,7	98,5	86,1	84,6
RENDIMENTO MÉDIO (%) (3)	79,3	78,5	81,4	77,9	78,3	75,3	74,0	80,8	80,8	83,2	82,5

(1) Destinado à fabricação de álcool etílico

(2) Sub-produto resultante da fabricação de açúcar, utilizado para produção de álcool etílico.

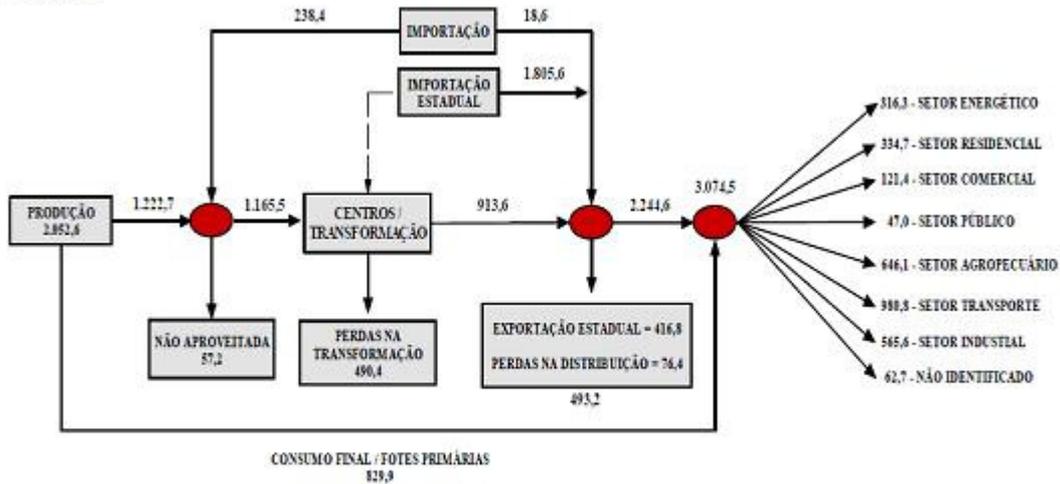
(3) A imprecisão de alguns dados das indústrias (ton. de cana, melaço, m³ de álcool), podem propiciar rendimentos diferenciados dos reais.TABELA 2.4 - CARVOARIAS
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
LENHA	2,5	3,1	1,7	1,9	2,3	3,1	4,1	5,9	6,8	9,4	26,1
GERAÇÃO DE CARVÃO VEGETAL	2,2	2,7	1,6	1,7	2,0	2,7	3,5	5,0	5,7	8,2	22,6
PERDAS	0,3	0,4	0,1	0,2	0,3	0,4	0,6	0,9	1,1	1,2	3,5
RENDIMENTO MÉDIO (%)	88,0	87,1	94,0	89,5	86,9	87,1	85,4	94,7	83,8	87,2	86,6



Estado de Mato Grosso

MATO GROSSO – FLUXOGRAMA ENERGÉTICO – 2005
UNIDADE: 10⁶ tEP



Obs.: A linha tracejada é ilustrativa, informando que uma quantidade de óleo Diesel, proveniente da importação estadual, foi utilizada para gerar eletricidade, quantidade esta já computada na saída dos centros de transformação.

Secretaria de Indústria Comércio Minas e Energia - SICME

A configuração da rede hídrica mato-grossense caracteriza o Estado como um exportador de águas, propiciando o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos superficiais, pois, com raras exceções, os rios que drenam seu território não recebem contribuição das regiões de entorno.

O Índice de Qualidade da Água – IQA avaliado pelo ZEE (1997) foi classificado na categoria BOM, na maior parte dos pontos amostrados em todas as UPGS do território mato-grossense.

Contexto Geral das Bacias Hidrográficas do Estado de Mato Grosso Perante a Qualidade

O território de Mato Grosso se insere, ao nível nacional, em três unidades hidrográficas principais: a Região Hidrográfica do Paraguai, com área de 176.800 km², que abrange aproximadamente 20% da superfície estadual e as Regiões Hidrográficas Amazônica (592.382 km²) e Tocantins-Araguaia (132.238 km²) que, juntas, totalizam cerca de 80% do Estado.

A regionalização hidrográfica do Estado de Mato Grosso adotada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA11 compreende cinco regiões hidrográficas abrangendo 27 Unidades de Planejamento e Gerenciamento, conforme anteriormente apresentado no Quadro 01. Resgatando as principais conclusões do Relatório de Caracterização Hidrográfica do Estado de Mato Grosso (PNUD, 1995, op.citado), algumas particularidades devem ser levadas em conta nos mecanismos de gestão de recursos hídricos superficiais em território estadual.

Assim, os resultados descritos a seguir devem necessariamente ser integrados ao estudo temático de Hidrogeologia, no qual os recursos hídricos subterrâneos estão sendo analisados à luz da susceptibilidade de contaminação dos aquíferos às fontes potenciais de poluição e de contaminação. A rede de monitoramento de águas subterrâneas do ZEE foi estabelecida apenas para a 2ª campanha do programa, na qual foram selecionados 29 pontos, buscando caracterizar a qualidade da água das principais Províncias Geológicas do Estado. Os pontos da Rede de Águas Subterrâneas (poços tubulares profundos) também foram codificados de forma sequencial recebendo as letras iniciais PS seguidas de duas letras iniciais de acordo com a bacia a que pertencem, tais como PSMD, PSTA, PSXI, PSAR e PSPR localizados respectivamente nas sub-bacias dos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia e Paraguai.



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

“Ampliação do emprego e da renda da população, aumento do PIB per capita e elevação da população ocupada com carteira assinada levando à ampliação da formalização da economia mato-grossense.” As estratégias e indicadores são:

- 1- apoio aos sistemas de comercialização e distribuição da produção dos arranjos produtivos locais;
- 2- assistência técnica aos arranjos produtivos locais para melhoria da qualidade e aumento da produtividade,
- 3- descentralização e descontração regional do desenvolvimento;
- 4- capacitação da mão- de- obra e dos produtores dos arranjos produtivos locais.

O exame de composição do PIB brasileiro por regiões se constitui ferramenta importante para a compreensão de sua evolução recente e das perspectivas relacionadas ao seu desempenho nos próximos anos. A relevância de sua segmentação geográfica da economia do país torna-se maior quando se considera que em um país de dimensões continentais como o Brasil são evidentes os efeitos sobre o crescimento econômico das distintas regiões decorrentes de seus aspectos físicos, ocupação populacional e colonização que proporcionam especificidades, muitas vezes distintas, nas respectivas estruturas de produção, com desdobramento sobre o mercado de trabalho e sobre o processo de geração e distribuição de renda em cada região.

Tabela 1 – PIB – Taxa de crescimento médio

Discriminação	2003-2006		2006
	Média Contr. ^{1/}	Participação	
Brasil	3,5	3,5	100,0
Norte	6,5	0,3	5,1
Nordeste	4,4	0,6	13,1
Sudeste	3,2	1,8	56,8
Sul	2,4	0,4	16,3
Centro-Oeste	4,3	0,4	8,7

Fonte: IBGE, elaboração Banco Central do Brasil.

1/ Contribuição das regiões para a taxa média de crescimento anual do Brasil no período 2003-2006.



Estado de Mato Grosso

Tabela 2 – Composição regional do PIB

Discriminação	Valor da produção			Valor adicionado			PIB			Contribuição para a taxa agregada (p.p.) ^{1/}
	Part. (%)		Tx. média de crescimento anual (%)	Part. (%)		Tx. média de crescimento anual (%)	Part. (%)		Tx. média de crescimento anual (%)	
	2002	2006		2002	2006		2002	2006		
Brasil	100,0	100,0	3,2	100,0	100,0	3,4	100,0	100,0	3,5	3,5
Norte	4,6	5,1	6,6	4,8	5,2	6,2	4,7	5,1	6,5	0,3
Rondônia	0,4	0,4	5,4	0,5	0,6	5,5	0,5	0,6	5,8	0,6
Acre	0,1	0,2	6,2	0,2	0,2	5,7	0,2	0,2	6,0	0,2
Amazonas	1,8	2,1	7,1	1,4	1,6	6,7	1,5	1,7	6,9	2,3
Roraima	0,1	0,1	4,7	0,2	0,2	4,8	0,2	0,2	4,9	0,1
Pará	1,5	1,7	6,2	1,8	2,0	6,0	1,7	1,9	6,2	2,3
Amapá	0,2	0,2	7,4	0,2	0,2	6,8	0,2	0,2	7,0	0,3
Tocantins	0,3	0,3	7,4	0,4	0,4	6,8	0,4	0,4	7,3	0,6
Nordeste	12,3	12,3	4,2	13,3	13,3	4,3	13,0	13,1	4,4	0,6
Maranhão	0,9	1,0	5,9	1,1	1,3	6,3	1,0	1,2	6,4	0,6
Piauí	0,4	0,4	5,6	0,5	0,6	5,4	0,5	0,5	5,6	0,2
Ceará	1,7	1,7	4,0	2,0	2,0	4,2	2,0	2,0	4,3	0,6
Rio Grande do Norte	0,7	0,7	2,5	0,8	0,9	3,3	0,8	0,9	3,4	0,2
Paraíba	0,7	0,7	4,9	0,9	0,9	4,4	0,8	0,8	4,7	0,3
Pernambuco	2,1	2,1	2,8	2,4	2,3	3,0	2,4	2,3	3,2	0,6
Alagoas	0,6	0,6	2,9	0,7	0,7	3,0	0,7	0,7	3,3	0,2
Sergipe	0,6	0,5	4,4	0,7	0,7	4,6	0,6	0,6	4,8	0,2
Bahia	4,5	4,5	4,8	4,1	4,1	4,6	4,1	4,1	4,8	1,5
Sudeste	56,7	56,6	2,9	55,7	56,0	3,1	56,7	56,8	3,2	1,8
Minas Gerais	8,6	9,1	3,6	8,7	9,2	3,6	8,6	9,1	3,8	0,6
Espírito Santo	1,7	1,9	4,4	1,7	2,1	4,6	1,8	2,2	4,7	0,2
Rio de Janeiro	11,0	10,7	1,8	11,6	11,5	2,2	11,6	11,6	2,2	0,5
São Paulo	35,3	34,9	3,0	33,7	33,2	3,2	34,6	33,9	3,3	2,0
Sul	18,0	17,6	1,9	17,1	16,6	2,4	16,9	16,3	2,4	0,4
Paraná	6,4	6,4	2,8	6,1	5,9	2,7	6,0	5,8	2,9	1,0
Santa Catarina	3,8	4,0	2,5	3,8	4,0	3,1	3,8	3,9	3,2	0,8
Rio Grande do Sul	7,7	7,2	0,8	7,2	6,7	1,7	7,1	6,6	1,7	0,7
Centro-oeste	8,5	8,4	4,4	9,1	9,0	4,1	8,8	8,7	4,3	0,4
Mato Grosso do Sul	1,0	1,0	3,8	1,1	1,0	3,4	1,0	1,0	3,7	0,4
Mato Grosso	1,4	1,6	6,6	1,5	1,5	4,7	1,4	1,5	5,0	0,9
Goiás	2,4	2,5	4,0	2,6	2,5	4,0	2,5	2,4	4,2	1,2
Distrito Federal	3,6	3,4	3,9	3,9	3,9	4,1	3,8	3,8	4,3	1,9

Fonte: IBGE, elaboração Banco Central do Brasil.

1/ Contribuição das regiões para a taxa média de crescimento anual do país; ou contribuição dos estados para a taxa média de crescimento anual das respectivas regiões no período 2003-2006.



Estado de Mato Grosso

O PIB per capita real cresceu, em média 2,3% na região centro – oeste, com ênfase na expansão de 3% o Estado de Mato Grosso.

Tabela 4 – PIB per capita

Discriminação	PIB per capita		Tx. média de crescimento		
	(R\$ correntes)		anual (%)		
	2002	2006	População	PIB	PIB per capita (real) ^{1/}
Brasil	8 378	12 688	1,4	3,5	2,0
Norte	5 050	7 989	2,3	6,5	4,1
Rondônia	5 363	8 391	1,8	5,8	3,8
Acre	4 707	7 041	3,0	6,0	2,9
Amazonas	7 253	11 829	2,5	6,9	4,4
Roraima	6 513	9 075	3,2	4,9	1,6
Pará	3 918	6 241	2,1	6,2	4,1
Amapá	6 200	8 543	3,8	7,0	3,1
Tocantins	4 576	7 210	2,1	7,3	5,0
Nordeste	3 891	6 029	1,2	4,4	3,2
Maranhão	2 637	4 628	1,4	6,4	5,0
Piauí	2 544	4 213	1,0	5,6	4,5
Ceará	3 735	5 636	1,5	4,3	2,8
Rio Grande do Norte	4 234	6 754	1,4	3,4	2,0
Paraíba	3 539	5 507	0,8	4,7	3,9
Pernambuco	4 328	6 528	1,1	3,2	2,1
Alagoas	3 371	5 164	1,2	3,3	2,1
Sergipe	5 080	7 580	1,7	4,8	3,0
Bahia	4 525	6 922	1,0	4,8	3,8
Sudeste	11 140	16 912	1,4	3,2	1,8
Minas Gerais	6 904	11 028	1,3	3,8	2,5
Espírito Santo	8 258	15 236	1,7	4,7	3,0
Rio de Janeiro	11 543	17 695	1,2	2,2	1,0
São Paulo	13 259	19 548	1,6	3,3	1,7
Sul	9 615	14 162	1,3	2,4	1,2
Paraná	8 945	13 158	1,3	2,9	1,6
Santa Catarina	9 989	15 638	1,6	3,2	1,5
Rio Grande do Sul	10 057	14 310	1,1	1,7	0,6
Centro-oeste	10 565	15 551	2,0	4,3	2,3
Mato Grosso do Sul	7 004	10 599	1,5	3,7	2,1
Mato Grosso	7 928	12 350	2,0	5,0	3,0
Goiás	7 078	9 962	2,0	4,2	2,1
Distrito Federal	25 747	37 600	2,3	4,3	2,0

Fonte: IBGE, elaboração Banco Central do Brasil.

1/ Razão entre as taxas de crescimento do PIB e da população.

b) Rendimento da população economicamente ativa (PEA)



Estado de Mato Grosso

Tabela 1871 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos por sexo e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos							
Unidade da Federação = Mato Grosso							
Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Mil pessoas)							
Sexo = Total							
Classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	Ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	1.239	1.254	1.258	1.401	1.402	1.368	1.425
Até 1/2 salário mínimo	44	70	58	36	70	74	70
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	188	220	222	249	265	282	256
Mais de 1 a 2 salários mínimos	369	332	347	449	434	440	499
Mais de 2 a 3 salários mínimos	186	181	190	164	166	174	177
Mais de 3 a 5 salários mínimos	134	138	143	175	156	112	129
Mais de 5 a 10 salários mínimos	93	93	69	94	85	83	80
Mais de 10 a 20 salários mínimos	40	40	37	38	27	24	31
Mais de 20 salários mínimos	18	18	14	15	9	12	10
Sem rendimento	162	151	149	176	190	165	170
Sem declaração	4	12	26	6	2	1	3

Tabela 1871 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos por sexo e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos							
Unidade da Federação = Mato Grosso							
Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Percentual)							
Sexo = Total							
Classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	Ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 salário mínimo	3,6	5,6	4,6	2,6	5,0	5,4	4,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	15,2	17,6	17,7	17,8	18,9	20,6	18,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,8	26,5	27,6	32,1	30,9	32,1	35,0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,0	14,4	15,1	11,7	11,8	12,8	12,4
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10,9	11,0	11,4	12,5	11,1	8,2	9,1
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7,5	7,4	5,5	6,7	6,1	6,0	5,6
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3,2	3,2	3,0	2,7	1,9	1,8	2,1
Mais de 20 salários mínimos	1,4	1,4	1,1	1,0	0,6	0,9	0,7
Sem rendimento	13,1	12,0	11,9	12,6	13,5	12,1	11,9
Sem declaração	0,4	0,9	2,1	0,5	0,1	0,1	0,2

Tabela 1871 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos por sexo e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos							
Unidade da Federação = Mato Grosso							
Variável = Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Reais)							
Sexo = Total							
Classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	Ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	529	613	619	683	706	798	823
Até 1/2 salário mínimo	65	82	85	97	111	112	118
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	157	183	215	221	276	310	327
Mais de 1 a 2 salários mínimos	275	320	364	395	472	532	545
Mais de 2 a 3 salários mínimos	447	520	582	641	768	879	915
Mais de 3 a 5 salários mínimos	695	829	940	977	1.202	1.343	1.420
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1.245	1.543	1.705	1.829	2.239	2.389	2.519
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.533	2.997	3.168	3.898	4.484	4.983	5.108
Mais de 20 salários mínimos	7.069	7.828	7.163	8.387	8.942	11.890	10.128
Sem rendimento	-	-	-	-	0	0	0
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-

Nota:

1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2 - A categoria **Sem rendimento** inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

3 - Para a variável **Valor do rendimento médio mensal**: exclusive as pessoas sem declaração do valor do rendimento.

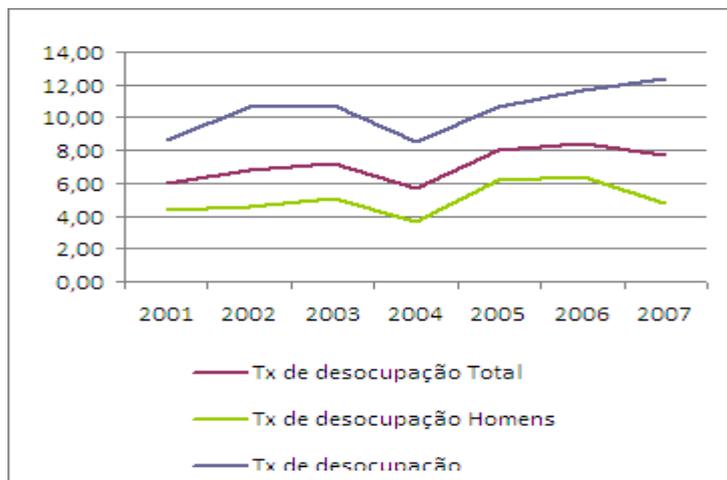
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

c) - Taxa de desocupação (desemprego) entre a PEA.



Estado de Mato Grosso

Tx desocupação = pessoas desocupadas/ PEA X 100



Nota: cálculo da tx de desocupação requer uso das tabelas 1868 e 1864

Taxa de desocupação entre a PEA

Especificação	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Homens	5,2	4,3	4,4	4,5	5,0	3,7	6,2	6,3	4,8
Mulheres	10,8	12,2	8,7	10,6	10,8	8,6	10,6	11,6	12,3
Total	7,4	7,4	6,0	6,8	7,1	5,7	8,0	8,4	7,7



Fonte: PNAD

Nota: pessoas de 10 anos ou mais da PEA que se encontravam desocupadas e procuraram trabalho na semana de referência

Para ser classificado como "desocupado", há que se satisfazer três condições:

- 1) ser da PEA;
- 2) estar desocupado;
- 3) ter procurado trabalho

d) Formalização das relações de trabalho (empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência).



Estado de Mato Grosso

Tabela 1916 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência por categoria do emprego, sexo e grupos de idade							
Unidade da Federação = Mato Grosso							
Variável = Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência (Mil pessoas)							
Sexo = Total							
Grupos de idade = Total							
Categoria do emprego	Ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	699	679	686	790	771	757	796
Com carteira de trabalho assinada	288	303	299	354	373	371	408
Militares e funcionários públicos estatutários	80	89	106	105	103	100	114
Outros, sem carteira de trabalho assinada	332	287	281	331	295	286	274
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-

Nota:

1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2 - A partir de 2007: as categorias **Sem declaração** e **Idade Ignorada** não foram investigadas.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Tabela 1916 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência por categoria do emprego, sexo e grupos de idade							
Unidade da Federação = Mato Grosso							
Variável = Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência (Percentual)							
Sexo = Total							
Grupos de idade = Total							
Categoria do emprego	Ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	41,1	44,6	43,6	44,9	48,3	49,0	51,2
Militares e funcionários públicos estatutários	11,5	13,1	15,4	13,2	13,4	13,2	14,4
Outros, sem carteira de trabalho assinada	47,4	42,3	41,0	41,9	38,3	37,8	34,4
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-

Nota:

1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2 - A partir de 2007: as categorias **Sem declaração** e **Idade Ignorada** não foram investigadas.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Tabela 1916 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência por categoria do emprego, sexo e grupos de idade							
Unidade da Federação = Mato Grosso							
Variável = Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência (Mil pessoas)							
Sexo = Total							
Grupos de idade = Total							
Categoria do emprego	Ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	699	679	686	790	771	757	796
Com carteira de trabalho assinada	288	303	299	354	373	371	408
Militares e funcionários públicos estatutários	80	89	106	105	103	100	114
Outros, sem carteira de trabalho assinada	332	287	281	331	295	286	274
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-

Nota:

1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2 - A partir de 2007: as categorias **Sem declaração** e **Idade Ignorada** não foram investigadas.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Tabela 1916 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência por categoria do emprego, sexo e grupos de idade							
Unidade da Federação = Mato Grosso							
Variável = Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência (Percentual)							
Sexo = Total							
Grupos de idade = Total							
Categoria do emprego	Ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	41,1	44,6	43,6	44,9	48,3	49,0	51,2
Militares e funcionários públicos estatutários	11,5	13,1	15,4	13,2	13,4	13,2	14,4
Outros, sem carteira de trabalho assinada	47,4	42,3	41,0	41,9	38,3	37,8	34,4
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-

Nota:

1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2 - A partir de 2007: as categorias **Sem declaração** e **Idade Ignorada** não foram investigadas.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

“Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Mato Grosso, com valorização da diversidade cultural com respeito aos povos indígenas e sua contribuição para a formação da cultura matogrossense.” As estratégias e indicadores são:

- 1- fomento ao intercâmbio entre as diferentes culturas regionais em Mato Grosso;
- 2- promoção apoio e fomento ao desenvolvimento cultural de Mato Grosso;
- 3- reconhecimento do Patrimônio histórico e cultural.

a) – Gastos com do Governo Estadual com Cultura.

Tabela X - Despesa total, com cultura, do Governo Estadual, por categorias econômicas, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003

Brasil, Regiões e Estados do Centro Oeste.	Despesa total (1 000 R\$)	Despesa com cultura por categoria econômica (1 000 R\$)				
		Pessoal	Outras despesas de custeio	Capital fixo	Transferências	Despesas financeiras
Brasil	746.851	609.865	580.633	53.826	98.127	-
Norte	97.301	16.931	26.212	11.842	42.317	-
Nordeste	183.766	67.625	72.487	12.814	30.840	-
Sudeste	304.132	155.256	141.866	2.052	4.958	-
Sul	84.088	39.094	36.406	4.757	3.831	-
Centro-Oeste	77.564	38.692	29.627	3.835	5.410	-
Mato Grosso do Sul	20.331	7.428	7.655	2.645	2.604	-
Mato Grosso	3.600	2.732	851	17	-	-
Goiás	14.155	5.961	7.046	1.135	13	-
Distrito Federal	39.479	22.572	14.076	38	2.793	-

Fonte: Ministério da Fazenda <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/financas/>.

O Patrimônio Histórico de Mato Grosso vem sendo revitalizado por várias ações lideradas pelo governo de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Cultura, em parcerias.

Imóveis que contam a história coletiva dos povos, como igrejas e museus são alvos de projetos em várias cidades como Vila Bela de Santíssima Trindade, Diamantino, Rosário Oeste, Cáceres e Poxoréu. É o Projeto Estadual de Recuperação e Revitalização do Patrimônio Histórico de Mato Grosso.

A finalidade destas ações, estando entre as prioridades do governo, é a de devolver para a sociedade bens que se não forem resgatados o mais breve possível logo serão apenas lembranças nas memórias dos mais velhos.

As igrejas Nossa Senhora do Bom Despacho e Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e o Palácio da Instrução são exemplos de ações lideradas pela Secretaria de Estado de Cultura, com o total apoio da comunidade e de empresas comprometidas com o setor.

A Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho foi reinaugurada no dia 30 de agosto de 2004. A recuperação de um dos principais cartões postais de Mato Grosso foi uma das prioridades do governador Blairo Maggi assim que assumiu o comando do Estado. Por seu intermédio, o Banco do Brasil destinou R\$ 715 mil nas obras da Igreja. A Secretaria de Estado de Cultura acompanhou a parceria em todas as etapas de recuperação do prédio.

Palácio da Instrução foi reinaugurado no dia 06 de dezembro de 2004. O projeto, considerado a maior obra de recuperação feita até hoje no Estado, demandou investimento de cerca de R\$ 1,8 milhão, oriundo de parceria com a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão. No local funciona a Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça e o Conselho Estadual de Cultura.



Estado de Mato Grosso

A Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi recuperada com recursos da comunidade, da Monsato e da Petrobrás. O Iphan - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Governo do Estado de Mato Grosso também apoiaram a iniciativa.

Outro projeto de recuperação é o da Igreja Senhor dos Passos. Orçado em R\$ 396 mil, foi custeado pelos governos federal e estadual. A Igreja foi a primeira obra-escola em restauro no Estado. O objetivo é que os profissionais envolvidos sejam da comunidade e que recebam orientação suficiente para que desempenhem demais trabalhos necessários neste campo em Mato Grosso.

O prédio do antigo Tesouro do Estado foi recuperado e entregue em novembro de 2006. Atualmente, abriga o Museu Histórico de Mato Grosso. Para a recuperação e instalação do prédio foram investidos cerca de R\$ 500 mil, pagos pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Seminário da Conceição (sede do Museu de Arte Sacra), Ponte de Ferro do Coxipó, e o Cine Teatro Cuiabá também estão prestes a serem entregues em 2008.

Com mais uma dezena de projetos, o governo aplica efetivamente o Programa de Revitalização do Patrimônio de Mato Grosso.

A coordenadoria de preservação do patrimônio Histórico e cultural tem como atribuição executar a política de preservação, conservação e proteção legal dos bens culturais, como edificações, sítios históricos e arqueológicos, museus, bibliotecas, bens móveis e imóveis, áreas de paisagem cultural, elaboração de projetos junto ao Ministério da Cultura e, em outros órgãos.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 8**

“Conservação do meio ambiente e da biodiversidade (preservação e manutenção) uso e manejo sustentável dos recursos naturais (solo, água, minerais e bióticos em áreas de conservação) com diminuição das pressões antrópicas especialmente sobre floresta.” As estratégias e indicadores são:

- 1- fomento e disciplinamento do uso sustentável dos recursos naturais de Mato grosso;
- 2- promoção da educação ambiental formal e não formal;
- 3- manutenção e controle das unidades de conservação;
- 4- promoção do uso e manejo sustentável dos solos e águas em bacias hidrográficas.

a) - Percentual de áreas protegidas em relação ao Estado

Tabela X - Distribuição das áreas protegidas do Estado de Mato Grosso em 2004.

Tipos de Unidades	Área (ha)	Proporção do Estado (%)
Unidades de Conservação Municipais	2.061.946,41	2,27
Unidades de Conservação Estaduais	2.571.633,80	2,84
Unidades de Conservação Federais	2.718.618,36	3,00
Áreas Indígenas	12.000.000,00	13,23
Área total protegida	19.352.198,57	21,34
Área total do estado	90.680.600,00	100,00

Fonte SEMA / CUCO – MT.

b) Áreas protegidas por Bioma do Estado

Tabela X - Distribuição das áreas protegidas pelo s biomas de Mato Grosso em 2007.

Biomass no Estado de Mato Grosso	Área dos Biomass no Estado (ha)	Relação entre as áreas dos biomass e do Estado (%)	Áreas das UC's nos Biomass (Ha)	Relação entre as áreas das UC's e dos Biomass (%)
Floresta Amazônica	49.053.882,81	54,10	2.406.025,60	4,90
Cerrado	36.326.680,81	40,06	2.473.094,55	6,81
Pantanal	4.938.865,40	5,45	683.471,46	13,84
TOTAL	90.680.600,00	100,00	5.562.591,61	6,13

Fonte: SEMA / CUCO – MT.

- Qual a posição do Mato Grosso frente à questão ambiental?

O Mato Grosso é um estado comprometido com o meio ambiente, com a redução do desmatamento, a conservação do ecossistema e o desenvolvimento sustentável. Para estudar e adotar soluções sustentáveis, o estado de Mato Grosso tem participado das principais discussões e iniciativas de preservação ao meio ambiente.



Estado de Mato Grosso

Em novembro de 2008, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, participou da Conferência de Governadores sobre o Clima Global, em Los Angeles, no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos.

Em abril de 2009, o estado de Mato Grosso sedia o XIV Katoomba Meeting, evento anual que reúne autoridades nacionais e internacionais, ambientalistas e representantes da sociedade.

Mato Grosso tem interesse em conhecer, adotar e fomentar soluções sustentáveis para a preservação do meio ambiente.

- Quais são as medidas que o governo do Mato Grosso tem tomado para diminuir o desmatamento?

As principais são: fiscalização aérea e terrestre, controle via satélite, autuações por desmatamento ilegal. Desde 2005 o estado tem a responsabilidade não só da fiscalização do desmatamento, mas também de todo o controle florestal do estado.

Desde 2003, a taxa anual de desmatamento em Mato Grosso foi reduzida de 11.000 quilômetros quadrados para uma média de 3.000 quilômetros quadrados, uma diminuição de mais de 70% no ritmo do desmate no estado

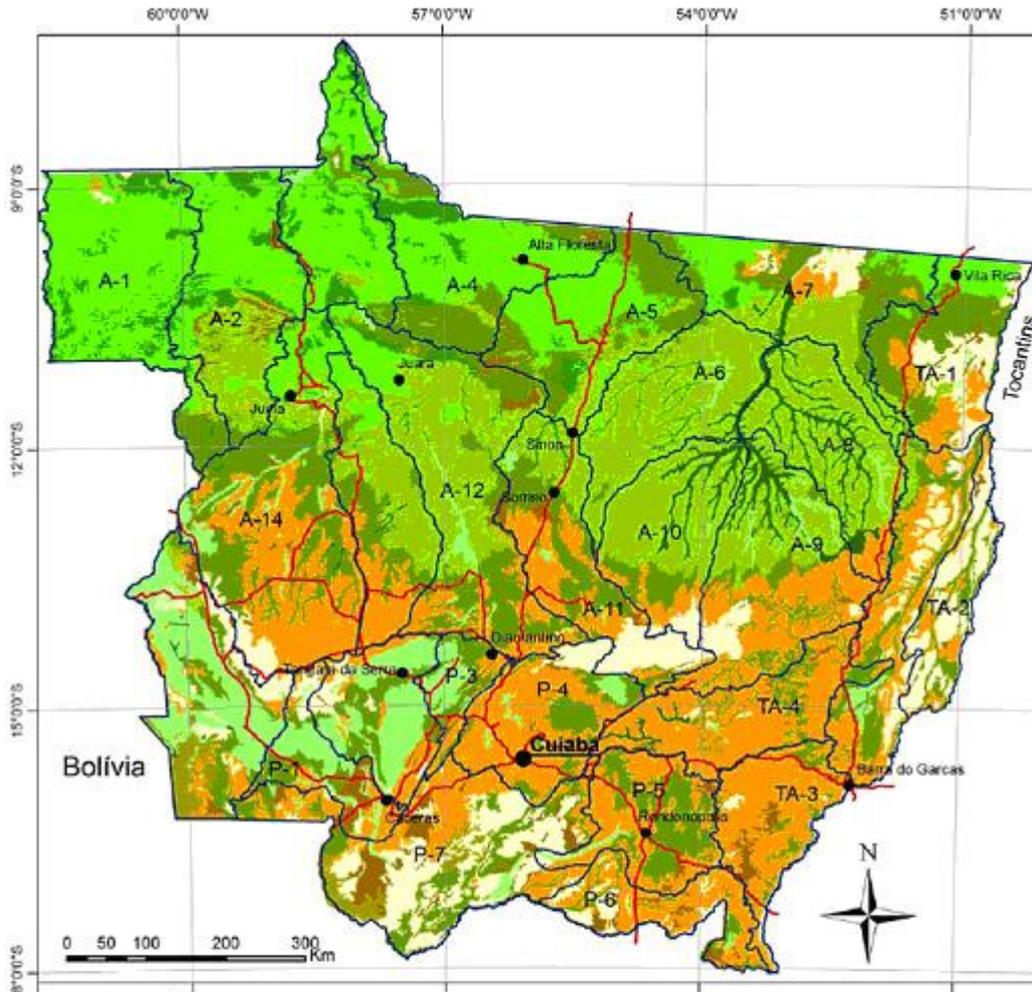
A iniciativa MT Legal prevê a regularização fundiária das 140.000 propriedades.

Quadro 01: DIVISÃO HIDROGRÁFICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

REGIÃO HIDROGRÁFICA NACIONAL	REGIÃO HIDROGRÁFICA REGIONAL	Unidade de Planejamento e Gerenciamento - UPG	
I - AMAZÔNICA	I - RIO ARIPUANÃ	GUAPORE	A-15
		ARIPUANÃ	A-2
		ROOSEVELT	A-1
	II - RIO JURUENA - TELES PIRES	ALTO JURUENA	A-14
		SANGUE	A-13
		ARNOS	A-12
		BAIXO JURUENA	A-3
		ALTO TELES PIRES	A-11
		MÉDIO TELES PIRES	A-5
		BAIXO TELES PIRES	A-4
		III - RIO XINGU	ALTO XINGU
	RONURO		A-10
	SUIA - MIÇU		A-8
	MANISSAUA - MIÇU		A-6
	MÉDIO XINGU		A-7
II - PARAGUAI	IV - ALTO RIO PARAGUAI		ALTO PARAGUAI
		ALTO PARAGUAI MÉDIO	P-2
		JAURO	P-1
		SÃO LOURENÇO	P-5
		CORRENTES - TAQUARÍ	P-6
		ALTO RIO CUIABA	P-4
		PARAGUAI - PANTANAL	P-7
		III - TOCANTINS - ARAGUAIA	V - RIO ARAGUAIA
MÉDIO ARAGUAIA	TA-2		
BAIXO ARAGUAIA	TA-1		
ALTO RIO DAS MORTES	TA-4		
BAIXO RIO DAS MORTES	TA-5		



Estado de Mato Grosso



VEGETAÇÃO NATURAL Estudos de Recursos Hídricos - MT

- | | |
|-----------------------------|---|
| Áreas de Cerrado | Áreas de Tensão Ecológica - Vegetação de Transição |
| ■ Cerrado Arbóreo Densso | ■ Formação Ploneira |
| ■ Cerrado Arbóreo | ■ Contato Floresta Ombroflia - Floresta Estacional |
| ■ Cerrados Campos | ■ Contato Cerrado - Floresta Ombroflia ou Floresta Estacional |
| Áreas de Florestas | ■ Contato Cerrado - Savana (Cerrado) |
| ■ Formação Ploneira | — Rodovias Principais |
| ■ Floresta Ombroflia Densa | □ UPG |
| ■ Floresta Ombroflia Aberta | |
| ■ Floresta Estacional | |

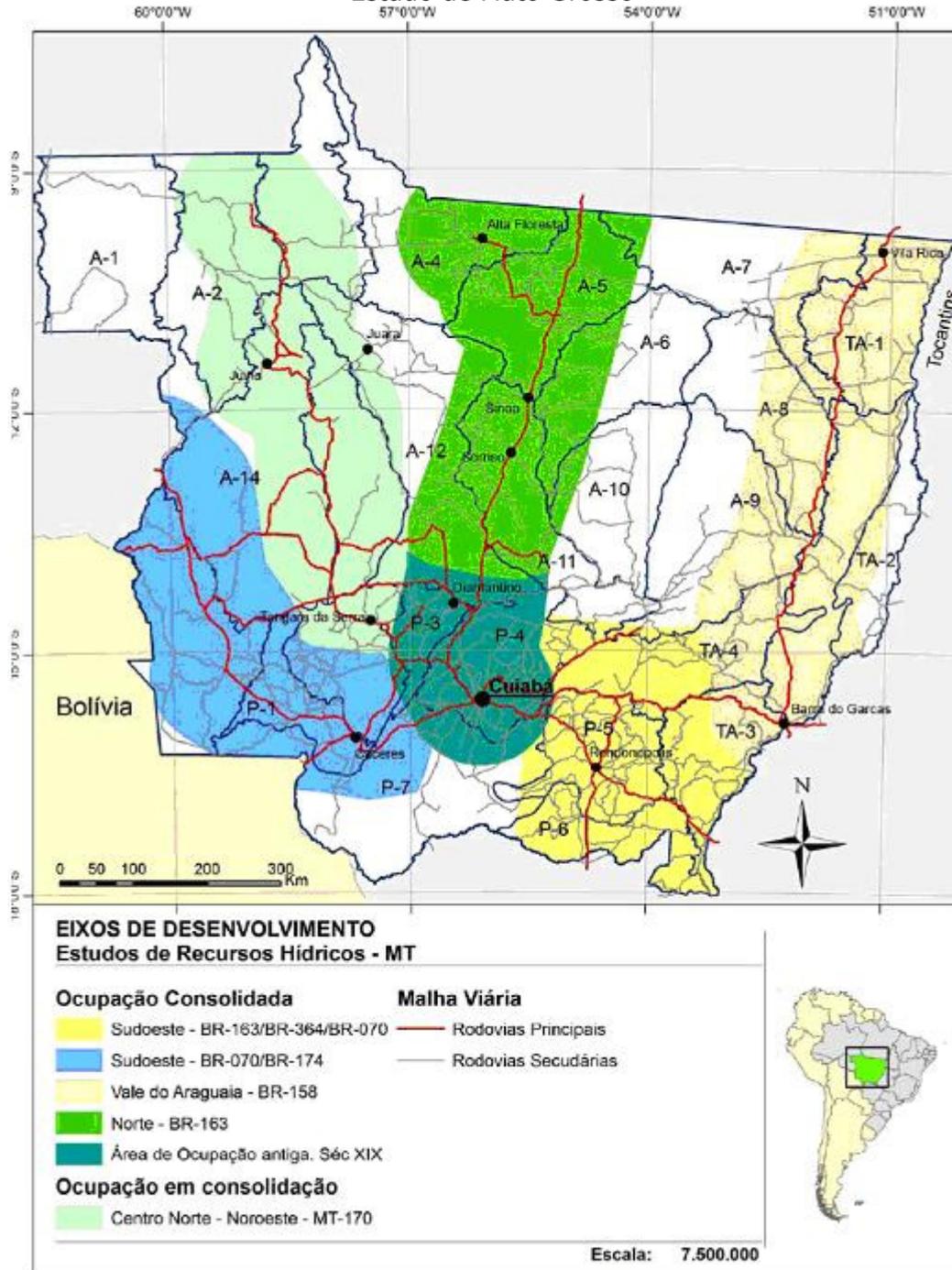


Fonte: Adaptado de Seplan-MT - 2002 Escala: 7.500.000

Mapa de Vegetação Natural do Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso



Eixos de desenvolvimento do estado de Mato Grosso.



Quadro 1. Condicionantes de futuro do PERH

Nº	Nome da condicionante	Descrição
1	Disponibilidade de Recursos Hídricos Superficiais	A variável é representada pelo regime de disponibilidade quantitativa (natural) de água superficial.
2	Disponibilidade de Recursos Hídricos Subterrâneos	A variável é representada pela disponibilidade quantitativa (natural) de água subterrânea explorável e aquela com potencial de exploração.
3	Qualidade de Água	A variável é representada pela condição físico-química-biológica dos corpos d'água superficiais
4	Saneamento Básico	A variável é representada pelos índices de atendimento da população urbana quanto aos serviços de saneamento ambiental, considerando infra-estrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem.
5	Dessedentação animal	A variável é representada pelo uso da água para a dessedentação animal (bovinos, suínos, aves)
6	Atividade industrial	A variável é representada pela atividade da indústria, sua demanda por água e geração de efluentes.
7	Agricultura Irrigada	A variável é representada pela agricultura irrigada (área irrigada e volume de água utilizado)



Estado de Mato Grosso

8	Dinâmica Demográfica	A variável é representada pela dinâmica de cidades (cidades polarizadoras, adensamento populacional, etc) e suas demandas por água.
9	Mineração	A variável é representada pela atividade de mineração, sua demanda por água e geração de efluentes.
10	Hidrelétricas	A variável é representada pela atividade e infra-estrutura de geração hidrelétrica (PCHs e UHEs). Localização, inclusive seqüencial, área alagada, capacidade instalada.
11	Navegação	A variável é representada pela manutenção, operação e utilização dos cursos d'água para navegação, e pela infra-estrutura para a atividade hidroviária (trechos navegáveis e potencialmente navegáveis, calado, carga transportada).
12	Turismo	A variável é representada pela atividade e infra-estrutura de turismo e lazer relacionada aos recursos hídricos (pesca, águas termais, Pantanal, ecoturismo).
13	Atividade de aquicultura	A variável é representada pela produção de organismos aquáticos cultivados com valor comercial, considerando, ainda, a infra-estrutura necessária.
14	Uso e ocupação do solo com efeitos de degradação ambiental	Fonte Estatística (pam)
15	Áreas Protegidas	A variável é representada pela ocupação do solo com áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação)
16	Investimento	A variável é representada pelo investimento privado no agrogócio (agroindústria e agropecuária)
17	Agricultura	A variável é representada pela agricultura (área cultivada)
18	Competitividade das <i>commodities</i>	A variável é representada pela taxa de câmbio e sua relação com a competitividade das <i>commodities</i> mato-grossenses.
19	Infra-estrutura	Transporte rodoviário, ferroviário e aéreo, além da comunicação.
20	Eventos Hidrológicos Críticos	A variável é representada pela ocorrência de situações decorrentes de fenômenos de excesso ou escassez hídrica, respectivamente, enchentes e secas. Esta variável também considera a frequência e intensidade dessas ocorrências.
21	Implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos	A variável é representada pela implementação da política de recursos hídricos, ambiental, de saneamento, florestal.
22	Desenvolvimento tecnológico	A variável é representada pelo desenvolvimento científico e de tecnologias com efeitos sobre a otimização do uso e da qualidade da água.
23	Integração de políticas nacionais	A variável é representada pela capacidade de articulação entre políticas nacionais que incidam sobre a qualidade e quantidade dos recursos hídricos.



Estado de Mato Grosso

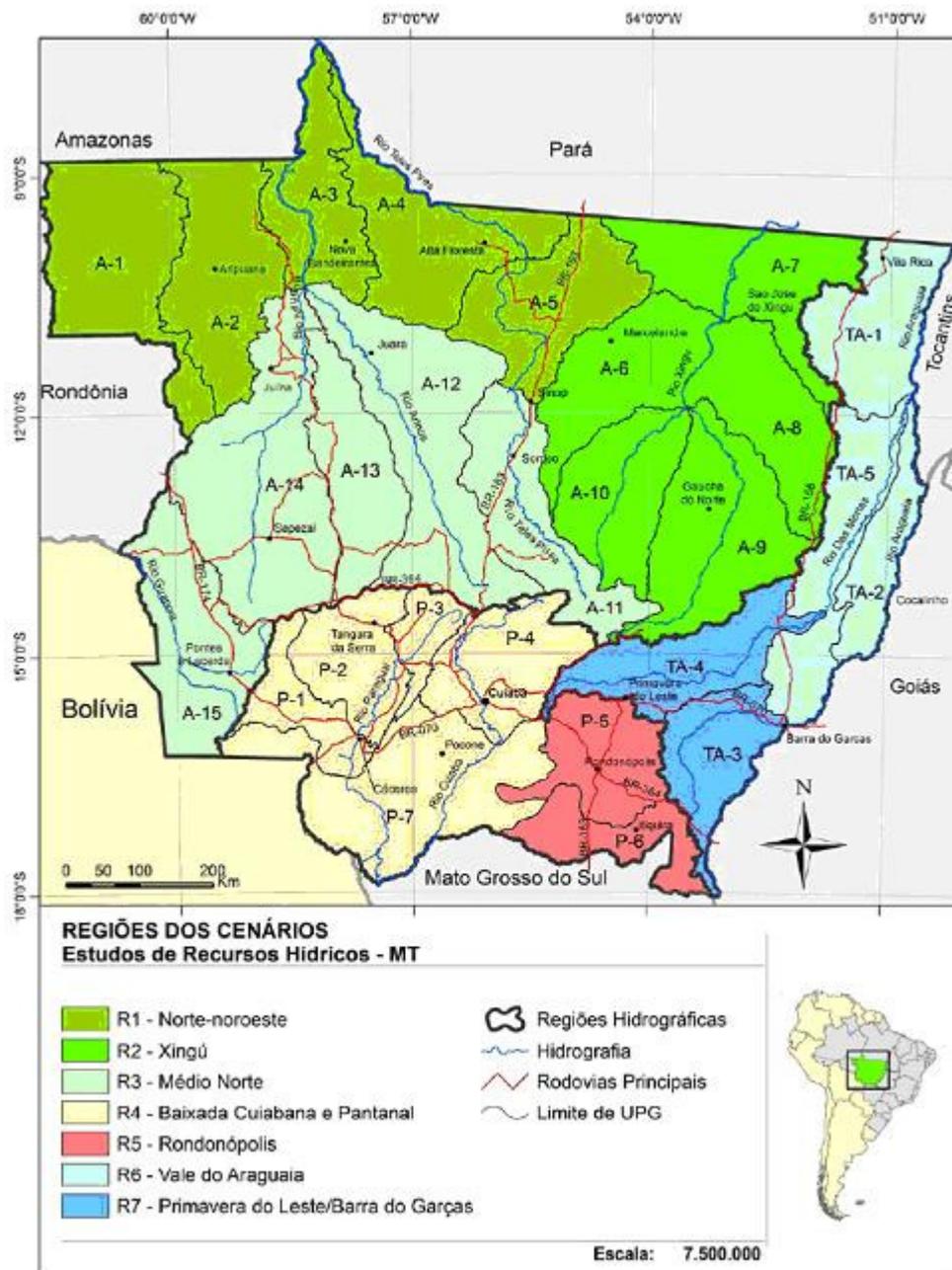


Figura 2. Regiões para a elaboração dos cenários - Estado de Mato Grosso.



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

“Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de mato grosso”, com as seguintes estratégias e indicadores:

1- melhoramento dos instrumentos de monitoramento, fiscalização e controle do meio ambiente e das atividades econômicas, com apoio internacional;

2- reflorestamento das áreas degradadas com espécies nativas de valor econômico visando à geração de crédito de carbono.

a) Taxa de desflorestamento bruto, expressa (km² por ano).

Tabela X – Evolução do desmatamento em Mato Grosso.

Ano	Área (Km ²)
2001	12.269,12
2002	7.959,66
2003	18.594,59
2004	18.151,28
2005	15.430,84

Fonte: SEMA / MT

b) Participação de Mato Grosso no número de focos de calor do Brasil.

Tabela X – Evolução dos focos de calor em Mato Grosso e no Brasil.

Ano	Nº de Focos (Mato Grosso)	Nº de Focos (Brasil)	Nº de focos (MT/Br %)
1998	34.647	123.904	27,96
1999	44.312	134.608	32,92
2000	24.870	99.441	25,01
2001	33.049	145.568	22,70
2002	58.457	234.370	24,94
2003	55.346	210.943	26,24
2004	75.414	232.621	32,42
2005	49.363	225.665	21,87
2006	25.175	117.320	21,46

Fonte: SEMA – MT.

Atualmente contamos com várias ferramentas que oferecem ao homem facilidades para integrar-se com o meio ambiente, usufruindo os seus recursos e ao mesmo tempo conservando-o. Para analisar os efeitos das atividades humanas em uma determinada região, a quantificação da área é de grande utilidade. O embasamento técnico e científico é essencial para obter um resultado preciso da evolução do desmatamento. A avaliação multi-temporal de imagens de satélites, por exemplo, são de grande ajuda nessa análise.

As pesquisas para o uso do solo e a análise do desmatamento acabam gerando soluções alternativas de desenvolvimento.



Estado de Mato Grosso

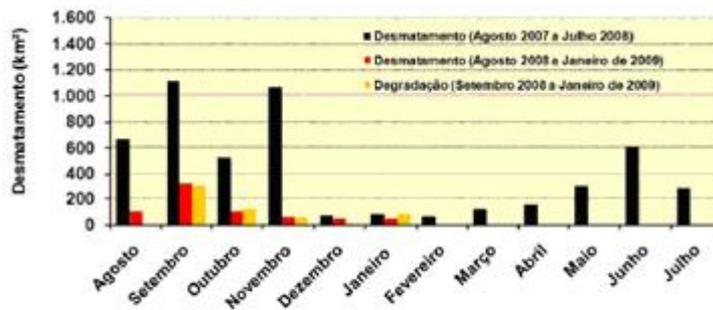


Figura 1. Desmatamento mensal e acumulado de agosto de 2008 a janeiro de 2009 na Amazônia Legal (Fonte: Imazon/SAD).

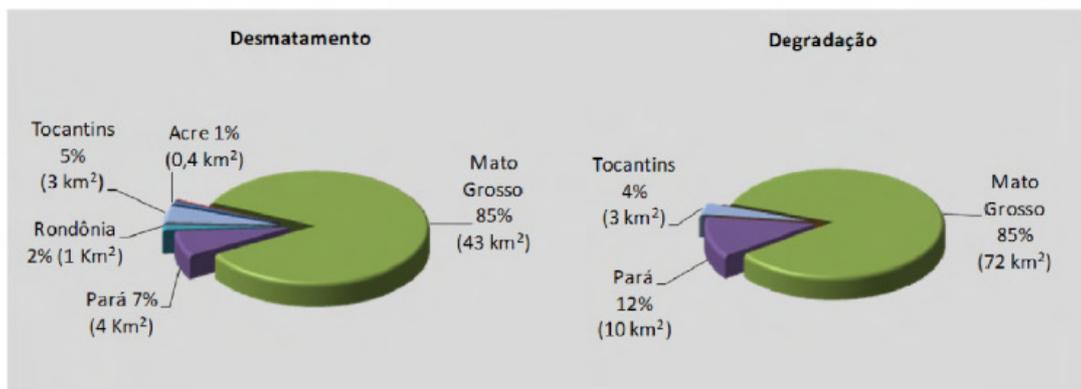


Figura 3. Desmatamento (%) entre os Estados da Amazônia em janeiro de 2009 (Fonte: Imazon/SAD).

Considerando os seis primeiros meses do calendário atual de desmatamento (agosto de 2008 a janeiro de 2009), o Pará lidera o desmatamento com 51% do total registrado no período. Em seguida, aparece Mato Grosso com 29%, enquanto o Amazonas e Rondônia contribuem com 8% cada. Esses quatro estados contribuem com 95% do total desmatado no período.

Comparando o desmatamento ocorrido em agosto de 2008 a janeiro de 2009 com o mesmo período do ano anterior, houve redução de 80% no desmatamento em toda a Amazônia (Tabela 1). Em termos específicos, essa redução foi mais expressiva em Mato Grosso (-89%), Rondônia (-84%) e Pará (-74%).

Por outro lado, somente no Acre houve aumento da proporção da área desmatada (+21%).

Tabela 1. Evolução do desmatamento entre os Estados da Amazônia Legal no período de agosto de 2007 a janeiro de 2008 e de agosto de 2008 a janeiro de 2009 (Fonte: Imazon/SAD).

Estado	Agosto 2007 a Janeiro de 2008	Agosto 2008 a Janeiro de 2009	Varição (%)
Acre	13	16	+ 21
Amazonas	57	57	- 1
Mato Grosso	1.741	198	- 89
Pará	1.327	348	- 74
Rondônia	323	53	- 84
Roraima	24	6	-73
Tocantins	27	9	-66
Amapá	3	-	-
Total	3.515	687	- 80



Estado de Mato Grosso

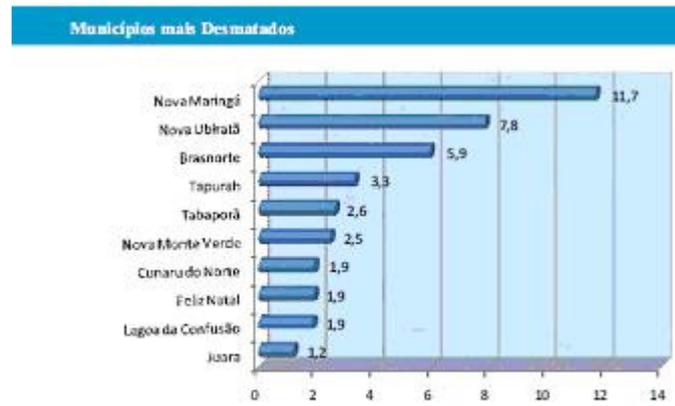


Figura 7. Municípios mais desmatados na Amazônia Legal em janeiro de 2009 (Fonte: Imazon/ SAD).



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

“Democratização e aumento de eficiência da gestão pública do Estado e dos municípios e da excelência dos serviços públicos prestados à sociedade, com base na melhoria da estrutura do Estado e do controle sistemático dos recursos governamentais.” As estratégias e indicadores são:

- 1- intensificação ao combate à corrupção nos serviços públicos
- 2- implantação do modelo de gestão apoiado na definição, consecução e avaliação de metas e indicadores;
- 3- profissionalização da gestão pública do Estado;
- 4- promoção da participação da sociedade na gestão pública e ampliação da transparência da gestão pública.

a) - Equilíbrio fiscal – Relação entre o total da despesa orçamentária e o total da receita orçamentária realizadas no exercício.

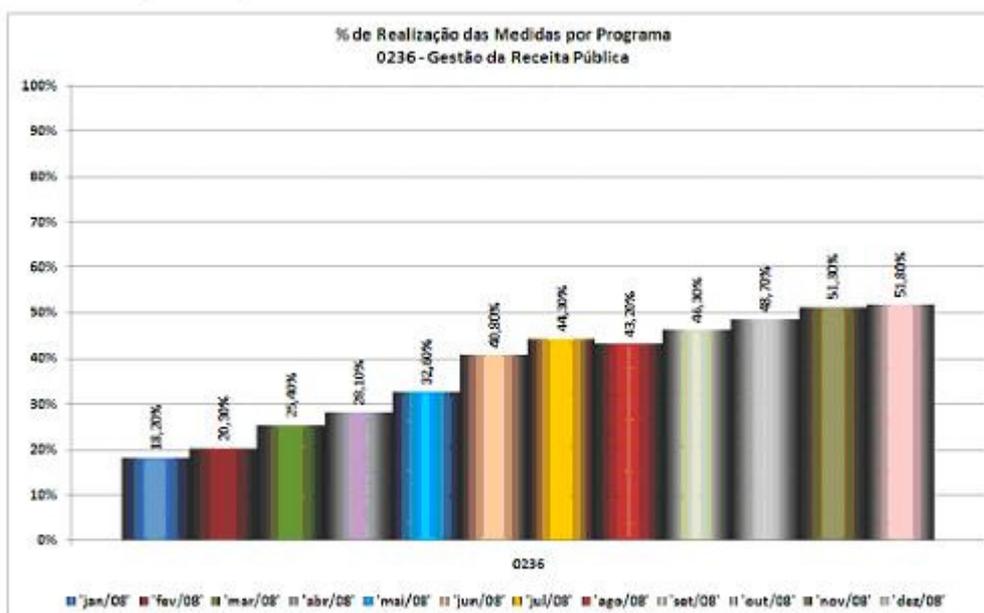
Tabela x – Evolução da Relação entre Receita e despesa em Mato Grosso

Ano	2002	2003	2004	2005	2004	2005	2006	2007	2008
Índice	1,017	1,009	0,998	1,004	0,998	1,004	1,0192	0,99	0,99

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2008) e RREO 5º bimestre (2008).

b) - Eficácia tributária – Comparação entre o ICMS efetivo (realizado) no exercício e o estimado por setor ou cadeia produtiva com base no crescimento da sua produção/consumo/faturamento, a variação de preços pelo IGP – DI, a alíquota média, subtraindo as renúncias e créditos e a evasão estimada.

Gráfico 5 – Percentual de Realização dos Projetos/Atividades (0236) – Realização da receita pública – jan-dez/ 2008.



O Programa 0236 – Gestão da Receita Pública teve uma realização crescente no período jan-dez/2008, fechando em 51,80%



Estado de Mato Grosso

Tabela 33 – Classificação dos Estados Brasileiros - ICMS per capita (jan-dez/2008).

ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretaria Adjunta da Receita Pública

Ranking do ICMS Per Capita dos Estados - 2008 Anual

Ranking ICMS Per Capita	UF	População*	ICMS (R\$ Milhões)**	ICMS Per Capita (R\$)
1º	Espírito Santo	3.351.669	6.824	2.036
2º	São Paulo	39.827.570	75.360	1.892
3º	Mato Grosso do Sul	2.265.274	4.274	1.887
4º	Mato Grosso	2.854.642	4.695	1.645
5º	Distrito Federal	2.455.903	3.589	1.461
6º	Amazonas	3.221.939	4.551	1.413
7º	Rio Grande do Sul	10.582.840	14.672	1.386
8º	Santa Catarina	5.866.252	7.873	1.342
9º	Minas Gerais	19.273.506	23.144	1.201
10º	Rio de Janeiro	15.420.375	17.644	1.144
11º	Paraná	10.284.503	11.740	1.142
12º	Rondônia	1.453.756	1.633	1.123
13º	Goiás	5.647.035	6.112	1.082
14º	Roraima	395.725	298	752
15º	Tocantins	1.243.627	913	734
16º	Bahia	14.080.654	10.278	730
17º	Pernambuco	8.485.386	6.129	722
18º	Rio Grande do Norte	3.013.740	2.042	677
19º	Acre	655.385	436	664
20º	Sergipe	1.939.426	1.230	634
21º	Pará	7.065.573	4.134	585
22º	Ceará	8.185.286	4.685	572
23º	Paraíba	3.641.395	1.922	528
24º	Piauí	3.032.421	1.388	458
25º	Maranhão	6.118.995	2.316	378
26º	Amapá	587.311	105	179
27º	Alagoas	3.037.103	156	51
	BRASIL	183.987.291	218.143	1.186

Fonte: COTEPÉ - Última Atualização: 02/2009. * IBGE - Contagem da População 2007. (**) Valor Provisório

Nota: Nos valores divulgados pelo COTEPÉ estão considerados os Fundos Federais de base do ICMS.



Estado de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso

Tabela 11 – Comparação entre Realizado da Eficácia Tributária por Segmento - 2006 a 2008.

ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado de Fazenda
Secretaria Adjunta da Receita Pública

Eficácia Tributária Anual - 2006 - 2007 - 2008

Segmento	Anual		
	2006	2007	2008 ¹
Algodão	20,4%	12,6%	16%
Aroz	41,2%	28,6%	42%
Atacado	64,1%	68,0%	83%
Bebidas	83,1%	86,8%	87%
Combustível	82,7%	81,0%	75%
Comunicação	86,0%	83,7%	90%
Energia elétrica	73,6%	66,1%	63%
Madeira	72,1%	70,1%	82%
Medicamentos	93,8%	88,7%	88%
Pecuária	38,9%	39,8%	42%
Soja	56,1%	54,5%	71%
Supermercados	63,5%	55,6%	53%
Transporte	60,3%	52,3%	45%
Varejo	86,5%	87,3%	90%
Veículos	55,4%	65,7%	77%
Outros	63,1%	34,0%	31%
TOTAL	69,7%	67,2%	69%

Fonte: Análise da Receita Tributária Anual 2008 (Jan./Dez) - SARP/SE

1. Base ICMS recomposta pelos valores do FUNGEFAZ e FETHAB combustível



Estado de Mato Grosso

Análise Anual (jan/dez)- 2007

ANÁLISE DA RECEITA PÚBLICA

Ranking do ICMS Per Capita dos Estados - 2007 Anual				
Ranking ICMS Per Capita	UF	População*	ICMS (R\$ Milhões)**	ICMS Per Capita (R\$)
1º	Espirito Santo	3.351.669	5.878	1.754
2º	São Paulo	39.827.570	63.192	1.587
3º	Mato Grosso do Sul	2.265.274	3.483	1.538
4º	Distrito Federal	2.455.903	3.459	1.408
5º	Mato Grosso	2.854.642	3.887	1.362
6º	Santa Catarina	5.866.252	6.823	1.163
7º	Rio Grande do Sul	10.582.840	11.098	1.049
8º	Amazonas	3.221.939	3.379	1.049
9º	Rio de Janeiro	15.420.375	15.671	1.016
10º	Minas Gerais	19.273.506	19.333	1.003
11º	Rondônia	1.453.756	1.442	992
12º	Goiás	5.647.035	5.231	926
13º	Paraná	10.284.503	9.167	891
14º	Roraima	395.725	269	680
15º	Rio Grande do Norte	3.013.740	2.006	666
16º	Pernambuco	8.485.386	5.413	638
17º	Bahia	14.080.654	8.941	635
18º	Tocantins	1.243.627	788	634
19º	Sergipe	1.939.426	1.204	621
20º	Pará	7.065.573	3.667	519
21º	Acre	655.385	324	494
22º	Amapá	587.311	287	488
23º	Alagoas	3.037.103	1.402	462
24º	Paraíba	3.641.395	1.678	461
25º	Ceará	8.185.286	3.547	433
26º	Piauí	3.032.421	1.176	388
27º	Maranhão	6.118.995	1.832	299
BRASIL		183.987.291	184.678	1.003

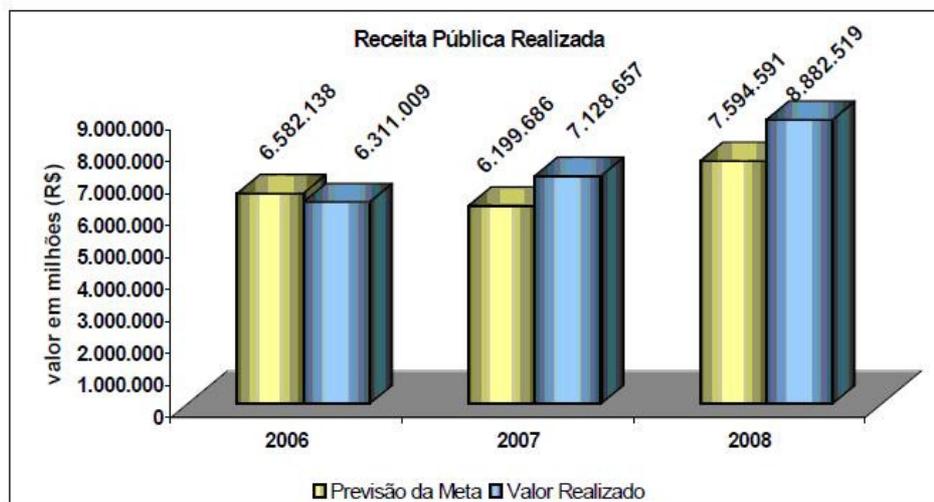
Fonte: COTEPE - Última Atualização: 6/2/2008. *IBGE - Contagem da População 2007; (**) Valor Provisório
 Nota: Nos valores divulgados pela COTEPE estão considerados os Fundos de Investimento ou não da base do ICMS.

Tabela x - Evolução da Eficácia Tributária em Mato Grosso

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Eficácia Tributária	66,00%	63,00%	63,00%	63,00%	64,00%	67,00%	69,70%

Fonte: SEFAZ – MT.

3.1 – Receita Pública Realizada - 2008



Fonte: SIDIR-Relatório de Receita Diária Acumulada APEA/SARP/SEFAZ-MT

Gráfico 01 – Evolução da Receita Pública Total projetada em relação à realizada no período de 2008.



Estado de Mato Grosso

c) Previsão e realização de receita orçamentária (Receita total realizada/receita total orçada).

Tabela x – Evolução da realização da receita prevista em Mato Grosso

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita realizada	94,00%	103,70%	111,00%	114,98%	114,54%	103,34%	91,01%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006.

d) Resultado primário - Diferença entre o total da receita fiscal e da despesa fiscal (excluindo o serviço da dívida) em relação ao total da receita corrente líquida estadual.

Tabela x – Evolução do Resultado Primário em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Primário	14,90%	7,25%	14,68%	15,88%	14,47%	13,57%	14,11%	10,15%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

e) Juros líquidos da dívida pública estadual - Total da despesa com os juros da dívida pública (contratual e fundada) / total da receita corrente líquida estadual.

Tabela x – Evolução dos juros líquidos da dívida pública estadual em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Juros da dívida	9,21%	9,25%	8,50%	9,77%	7,84%	6,29%	7,41%	8,33%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

f) Resultado nominal - Diferença entre o resultado primário e os juros da dívida/total da receita corrente líquida estadual. É o valor restante para amortização do principal da dívida, impedindo seu crescimento exponencial ao pagar apenas os juros.

Tabela x – Evolução do Resultado nominal em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Nominal	5,69%	2,00%	6,18%	6,11%	6,63%	7,28%	6,70%	1,82%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

g) Amortização do principal da dívida pública estadual - Relação entre o total da despesa com amortização do principal da dívida pública em todos os contratos e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela x – Evolução dos gastos com amortização da dívida pública em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Gastos com amortização da dívida	5,38%	5,52%	5,21%	4,47%	7,65%	8,48%	8,70%	6,05%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006



Estado de Mato Grosso

h) Resultado operacional – Relação ente o superávit gerado após o pagamento de todas as despesas financeiras e não-financeiras e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela x – Evolução do resultado operacional em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Operacional	0,31%	7,52%	0,97%	1,64%	1,45%	1,20%	1,99%	4,23%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

i) Despesas com pessoal – Relação entre o total da despesa com pessoal dos três poderes do Estado, incluindo servidores efetivos, comissionados, em estágio probatório, interinos, temporários, estagiários e terceirizados, inativos e pensionistas estaduais e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela x – Evolução da relação entre as despesas de pessoal e a receita corrente líquida em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Despesas com pessoal	58,70%	60,63%	50,35%	51,05%	53,45%	47,12%	50,59%	54,43%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

j) Serviço da dívida – Relação entre o valor total pago pelo Estado a título de juros, encargos e a amortização da dívida pública e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela x – Evolução dos serviços da dívida em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Serviço da dívida	4,59%	14,77%	3,71%	14,24%	15,62%	14,77%	16,11%	14,38%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

k) Montante da dívida fundada - Relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a Receita Corrente Líquida anual, que deve situar-se em 2 segundo a resolução 40 de 09/04/2001 do Senado federal. Os valores apresentados aqui se referem à dívida fundada ou contratual nos respectivos anos.

Tabela x – Evolução da dívida fundada em Mato Grosso

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Dívida fundada	2,36	2,55	2,39	2,42	2,15	1,56	1,34	1,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005), RREO 6º bimestre/2006 e www.stn.fazenda.gov.br

l) Renúncia fiscal estimada - total de receita de ICMS que o Estado deixa de recolher pela concessão de incentivos a setores específicos da economia ou cadeias produtivas (programas de



Estado de Mato Grosso

incentivo, crédito outorgado, isenções, alíquota zero, crédito presumido, redução da base de cálculo) como instrumento de política econômica.

Tabela x – Evolução da renúncia fiscal em Mato Grosso (milhões de Reais)

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Renúncia fiscal	368,00	579,00	738,00	885,00	863,00	746,00

Fonte: SEFAZ - MT

m) Participação da renúncia fiscal estimada na receita tributária estadual – Relação entre o total de renúncia fiscal estimada pelos incentivos concedidos por setor e o total da receita de ICMS estadual.

Tabela x – Evolução da relação entre a renúncia fiscal e a receita de ICMS em Mato Grosso.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Relação entre renúncia e receita de ICMS	27,00%	31,00%	31,00%	35,00%	26,00%	23,00%

Fontes: SEFAZ – MT, LDO 2004, e Balanços Gerais do Estado (1999-2005).

n) Autonomia tributária do Estado - Relação receita tributária do Estado e o total da receita estadual.

Tabela x – Evolução da autonomia tributária em Mato Grosso.

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Autonomia Tributária	53,05%	62,51%	53,07%	63,76%	65,84%	66,63%	63,94%	63,20%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e RREO 6º bimestre – 2006

o) Despesa de investimento – Relação entre as despesas de investimento e a receita corrente líquida.

Tabela x - Evolução da relação entre os investimentos e a receita corrente líquida em Mato Grosso (valores correntes em milhões e reais).

Ano / Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Investimentos	129	200	250	311	484	605	546
Receita Corrente Líquida	1.856	2.100	2.513	2.274	2.831	3.407	3.746
Percentual de Participação	6,95	9,52	9,95	13,68	17,10	17,76	14,58

Fonte: Balanço Geral do Estado – Relatório do Contador. Sistematização SEPLAN – MT.



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

“Ampliação da infra-estrutura econômica e da competitividade da economia mato-grossense”, com as seguintes estratégias e indicadores:

- 1- expansão e recuperação da malha rodoviária do Estado (Estradeiro);
- 2- articulação com o governo federal para a recuperação e ampliação do sistema multimodal de transportes;
- 3- articulação com o governo federal para o aumento da produção e distribuição de energia elétrica;
- 4- estímulo à diversificação das fontes de energia

a) Participação de Mato Grosso na formação do PIB do Brasil e do Centro-Oeste

Tabela x – Evolução da participação de Mato Grosso na composição do PIB do Centro Oeste e do Brasil.

ANO	PIB MT/PIB BR (%)	PIB MT/PIB CO (%)
2001	1,21	16,75
2002	1,33	17,85
2003	1,45	19,47
2004	1,58	21,05

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

O programa estadual de construção e manutenção de estradas, o “Estradeiro”, executou obras em 1.380 km de estradas pavimentadas. Deste total 257 km foram de asfalto novo em rodovias estaduais e 333,52 km de pavimentação urbana. O número inclui também os 790,8 km de conservação e restauração de estradas pavimentadas.

Os Consórcios Rodoviários concluíram 130 km de asfalto novo em 2007. Com o número, a modalidade apresenta um total acumulado, entre os anos de 2003 e 2007, de 1.342,33 km de asfalto.

O Governo do Estado faz uma parceria com os produtores rurais para a pavimentação de rodovias. Desta maneira, valores e responsabilidades são divididas entre as partes. “Mesmo com a crise do agronegócio, os produtores não deixaram de acreditar na administração.

Para o ano de 2008, o governo pretende investir R\$ 68 milhões nas parcerias com as associações de produtores.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 12**

“Redução da vulnerabilidade externa da economia com o declínio da participação das exportações de produtos “in natura” na economia estadual (percentual do PIB) e ampliação da participação de bens manufaturados na pauta de exportação mato-grossense”. As estratégias e indicadores são:

1. Consolidação das exportações dos produtos do agronegócio mato-grossense;
2. Promoção da exportação de produtos diversificados e de valor agregado

a) Participação do valor exportado por MT no total exportado pelo Brasil

Tabela x – Evolução do valor exportado no Brasil e em Mato Grosso.

Ano	Brasil (U\$ milhões)	Mato Grosso (U\$ milhões)	MT/BR (%)
2000	55.086,00	1.033	1,9
2001	58.222,64	1.396	2,4
2002	60.361,79	1.796	3,0
2003	73.084,14	2.186	3,0
2004	96.475,22	3.102	3,2
2005	118.309,00	4.152	3,5
2006	137.500,00	4.333	3,2

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano

b) Participação das exportações no PIB estadual

Tabela x – Evolução da participação das exportações no PIB de Mato Grosso.

Ano	PIB a preços de mercado (R\$ milhões)	Exportações (R\$ milhões)	Exportações/PIB (%)
2000	13.428	1.890,52	14,08
2001	14.453	3.283,10	22,72
2002	17.888	5.263,29	29,42
2003	22.615	6.714,78	29,69
2004	27.935	9.075,19	32,49

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano

c) Exportações per capita.

Tabela x – Evolução das exportações per capita em Mato Grosso (U\$/Hab).

Ano	População (mil)	Exportação (U\$ mil)	U\$/Hab
2000	2.504,35	1.033.354,00	412,6
2001	2.560,54	1.395.758,00	545,1
2002	2.604,72	1.795.792,00	689,4
2003	2.651,31	2.186.158,00	824,6
2004	2.759,13	3.101.887,00	1.124,2
2005	2.803,27	4.151.611,00	1.481,0
2006	2.857,00	4.333.376,00	1.516,8

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano



Estado de Mato Grosso

d) Grau de concentração da pauta de exportações (2004)

Tabela x – Distribuição dos produtos na pauta de exportações em Mato Grosso.

Principais produtos	U\$ FOB	Participação (%)
Outros grãos de soja, mesmo triturados.	1.367.928.389,00	44,09
Bagações e outros resíduos sólidos, da extração de óleo.	706.860.581,00	22,78
Óleo de soja em bruto, mesmo degomado.	239.647.093,00	7,72
Algodão simplesmente debulhado, não cardado.	214.600.354,00	6,92
Outros	573.467.825,00	18,49
Total estadual	3.102.504.242,00	100,00

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 13**

“Diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas com ampliação da participação da indústria na economia estadual.” As estratégias e indicadores são:

Indústria e comércio

- 1- estímulo ao beneficiamento da produção de grãos com agregação de valor;
- 2- estímulo do beneficiamento da produção agroflorestal com agregação de valor;
- 3- estímulo ao beneficiamento da produção da pecuária de corte com agregação de valor, destacando a instalação de frigoríficos para a produção de carnes especiais e embutidos e de planta industrial para curtumes, artefatos de couro e calçados, e carcaças, inclusive de pescado;

Agricultura

1. Verticalização das atividades do agronegócio empresarial e familiar;
2. Regularização fundiária com titulação das terras no Estado;
3. Fortalecimento da agricultura familiar e da pequena agroindústria.

Turismo

1. Ampliação e melhoria da infra-estrutura de turismo e dos serviços de apoio ao turismo no Estado.

- a) Composição do valor adicionado bruto a preço básico.

Tabela x – Evolução da Participação dos setores no valor adicionado em Mato Grosso.

Atividades Econômicas	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	18,82	17,58	21,60	26,83	24,53	29,85	36,29	40,82
Indústria de transformação	9,26	9,12	9,15	9,87	10,47	11,12	11,74	10,20
Outras atividades	71,92	73,30	69,25	63,30	65,00	59,03	51,97	48,98

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Área e Produção de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas segundo os Produtos Agrícolas - Mato Grosso, Safra 2007			
Produtos Agrícolas	Área (ha)	Produção (ton.)	Produtividade (kg/ha)
Algodão 1ª Safra	384.146	1.421.815	3.701
Algodão 2ª Safra	145.179	518.469	3.571
Algodão Irrigado	2.868	10.856	3.785
Amendoim 2ª Safra	3.938	9.487	2.409
Arroz de Sequeiro	275.204	735.202	2.671
Arroz Irrigado	530	2.703	5.100
Feijão 1ª Safra	8.222	9.898	1.204
Feijão 2ª Safra	21.581	25.177	1.167
Feijão Irrigado	11.517	27.915	2.424
Girassol	21.945	34.528	1.573
Mamona	515	475	922
Milho 1ª Safra	178.472	779.166	4.366



Estado de Mato Grosso

Milho 2ª Safra	1.453.373	5.846.561	4.024
Milho Irrigado	2.996	18.082	6.035
Soja	5.128.155	15.510.915	3.025
Soja Orgânica	4.660	10.774	2.312
Soja Irrigada	322	886	2.752
Sorgo Granífero	74.056	191.120	2.582
Trigo	610	1.530	2.508
Total	7.718.289	25.155.559	3.259

Fonte: LSPA/MAIO-2007_GCEA/MT; Elaboração:dcs_Seder/MT

Rebanho Bovino (Histórico) MT (nº de animais)	
Ano	Rebanho Bovino
1990	9.042.258
1991	9.890.510
1992	10.192.985
1993	9.695.744
1994	12.600.697
1995	13.917.301
1996	14.872.910
1997	15.607.926
1998	16.662.686
1999	17.322.000
2000	18.812.000
2001	19.642.000
2002	20.232.984
2003	22.252.000
2004	24.704.245

Fonte INDEA – MT

População Animal Ano 2004 - MT (nº de animais)	
Eqüinos	343.403
Asininos	4.697
Muare	72.826
Ovinos	382.227
Caprinos	44.665
Bovinos	24.704.245

Fonte INDEA – MT



Estado de Mato Grosso

BALANÇO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM MATO GROSSO

RAG 2008

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL



Mato Grosso



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

BALANÇO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM MATO GROSSO

O governo do Estado de Mato Grosso, em continuidade com a implementação do Plano de Ação para aperfeiçoamento da gestão dos incentivos/renúncia fiscais, apresenta Anexo contendo os resultados da execução dos Programas de incentivos fiscais, com informações sobre a execução da renúncia fiscal e ainda, a avaliação dos indicadores e resultados desses Programas.

As Secretarias de Estado responsáveis por incentivos fiscais estão aperfeiçoando sua gestão, de forma integrada com as Secretarias de Fazenda e de Planejamento, que somado com outras medidas em execução, possibilitam de forma permanente e sistemática o controle e avaliação dos incentivos/renúncia fiscais, e ainda, a disponibilização de todas as informações aos órgãos de controle. Assim, buscamos cada vez mais a transparência e a efetividade na aplicação dos recursos públicos estaduais.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA – SICME

ANEXO I

INVESTIMENTO DAS EMPRESAS POR PROGRAMA E CONSOLIDADO - ANO 2008

PROGRAMAS - ANO 2008	Nº DE EMPRESAS	VALOR DO INVESTIMENTO (R\$)	EMPREGOS GERADOS	
			DIRETOS	INDIRETOS
PROALMAT - Indústria	0	0,00	0	0
PROARROZ - Indústria	0	0,00	0	0
PROCAFÉ - Indústria	0	0,00	0	0
PROLEITE - Indústria	0	0,00	0	0
PROMINERAÇÃO	0	0,00	0	0
PRODEIC	56	1.040.501.092,30	3.190	14.356
PORTO SECO	96	0,00	0	0
PRODEI	0	0,00	0	0
TOTAL	152	1.040.501.092,30	3.190	14.356

Data Base: Dezembro/2008

ANEXO II

BENEFÍCIOS SOCIAIS: GERAÇÃO DE EMPREGOS E NÚMERO DE EMPRESAS - ANO 2008

PROGRAMAS ANO 2007	Nº DE EMPRESAS DE 2002 A 2007	NOVAS EMPRESAS (2008)	EMPRESAS SUSPENSAS / DESCRED.	TOTAL DE EMPRESAS DE 2002 A 2008	Nº EMPREGOS GERADOS 2002 A 2008		NOVOS EMPREGOS GERADOS ANO 2008	
					DIRETOS	INDIRETOS	DIRETOS	INDIRETOS
PROALMAT - Indústria	7	0	2	5	281	843		
PROARROZ - Indústria	30	0	11	19	291	873		
PROCAFÉ - Indústria	1	0	0	1	135	465		
PROLEITE - Indústria	20	0	7	13	641	1.920		
PROMINERAÇÃO	7	0	0	7	224	672		
PRODEIC	170	56	21	205	14.675	46.916	3.190	14.356
PORTO SECO	150	96	1	245	0	0	0	0
PRODEI	53	0	46	7	683	1.124		
TOTAL	438	152	88	502	16.930	52.813	3.190	14.356

Data Base: Dezembro/2008

ANEXO III



Estado de Mato Grosso
RELATÓRIO 2007 - ICMS E BALANÇO
RESUMO DO ICMS NORMAL, INCENTIVADO E RECOLHIDO - ANO 2008

PROGRAMAS ANO 2008	ICMS NORMAL	ICMS INCENTIVADO	ICMS REC.	FUNDEIC REC.	FUNDED REC.	TAXA ADM.	EMPREGOS DIRETOS (2002 A 2008)	EMPREGOS INDIRETOS (2002 A 2008)	NOVOS EMP. DIRETOS (2008)	NOVOS EMP. IND. (2008)
PROALMAT - Indústria	1.423.694,95	1.210.140,74	213.554,21	62.802,75	0,00	0,00	281	843		
PROARROZ - Indústria	11.192.999,19	8.221.457,30	2.971.541,89	411.647,44	0,00	0,00	291	873		
PROCAFÉ - Indústria	2.691.263,69	2.287.574,13	403.689,56	114.378,70	0,00	0,00	135	465		
PROLEITE - Indústria	20.709.559,25	17.603.186,72	3.106.372,53	856.785,04	0,00	0,00	641	1.920		
PROMINERAÇÃO	3.942.462,35	2.643.298,39	1.299.163,96	132.220,36	0,00	0,00	224	672		
PRODEIC	524.749.616,31	402.326.167,94	122.421.029,37	13.067.043,59	3.416.145,52	0,00	14.675	46.916	3.190	14.675
PORTO SECO	10.861.117,26	6.901.001,25	3.962.116,01	0,00	0,00	0,00	0	0		
PRODEI	9.875.835,04	6.851.707,64	3.024.127,40	342.585,38	411.102,46	7.772.101,77	683	1.124		
TOTAL	585.446.548,04	448.044.534,11	137.401.594,93	14.987.463,26	3.827.247,98	7.772.101,77	16.930	52.813	3.190	14.675

Data Base: Dezembro/2008

ANEXO IV
CONSOLIDADO DO QUADRO DEMONSTRATIVO DO ICMS (DII - Demonstrativo do ICMS Incentivado) COM RENÚNCIA FISCAL
ICMS NORMAL - INCENTIVADO - FUNDEIC RECOLHIDO - FUNDED RECOLHIDO

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS EM DEZ/2007	Nº EMPRESAS Suspensas/Descred.	NOVAS EMPRESAS	Nº EMPRESAS EM DEZ/2008	ICMS			FUND EIC	FUND EIC REC.	FUND ED	FUND ED REC.	AMORTIZAÇÃO PRODEI	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2008
					NORMAL	INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	NÃO INCENTIVADO							
1. PROARROZ	30	11	0	19	11.192.999,19	8.221.457,30	2.971.541,89	411.072,85	411.647,44				8.246.227,93	99,700%
2. PROALMAT	7	2	0	5	1.423.694,95	1.210.140,74	213.554,21	60.507,05	62.802,75				2.077.132,28	58,260%
3. PROCAFÉ	1	0	0	1	2.691.263,69	2.287.574,13	403.689,56	114.378,70	114.378,70				2.458.177,11	93,060%
4. PROLEITE	20	7	0	13	20.709.559,25	17.603.186,72	3.106.372,53	880,881,76	856.785,04				8.546.784,99	205,963%
5. PROMINERAÇÃO	7	0	0	7	3.942.462,35	2.643.298,39	1.299.163,96	132,164,95	132,220,36				1.628.560,71	162,309%
6. PRODEIC	170	21	56	205	524.749.616,31	402.326.167,94	122.421.029,37	14.446.627,75	13.067.043,59	3.709.669,51	3.416.145,52		229.622.756,24	175,212%
6.1. Curtimento de Couros e Outras Preparações	11				30.953.780,22	20.069.921,72	10.883.858,50	802,796,88	795,282,14	200,699,27	188,780,78		43.012.137,04	46,661%



Estado de Mato Grosso

6.2. Metalurgia básica	10				59.606.387,63	55.800.293,15	3.806.094,48	2.232.011,71	2.158.968,55	55800,293	54014,261		13.877.073,98	402,104%
6.3. Reciclagem	8				14.543.070,71	12.852.941,96	1.690.128,75	514.117,70	451.333,40	12852,946	11761,187		799.633,96	1607,353%
6.4. Fabricação de Artigos e Borrachas e Plásticos	14				52.641.121,47	43.877.428,00	8.763.693,47	1.363.709,16	1.246.459,76	438.774,30	415.410,62		516.552,12	8494,289%
6.5. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	43				190.859.752,47	133.254.805,32	57.604.947,15	4.075.823,21	4.074.219,50	1.018.955,80	982.027,23		48.938.047,66	272,293%
6.6. Fabricação de Produtos de Madeiras	65				18.804.808,23	15.704.997,16	3.097.392,07	628.660,52	650.911,14	157.049,95	186.194,44		26.368.205,35	59,560%
6.7. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas (Não são produtos de Madeiras)	12				135.130.131,30	106.273.827,32	28.856.303,98	4.250.953,10	3.155.963,27	1.062.738,24	853.914,23		6.084.389,80	1746,664%
6.8. Fabricação de Máquinas e Equipamentos	4				10.130.563,90	7.622.693,44	2.507.870,46	303.785,08	307.336,79	76.226,96	76.160,23		40.762.547,45	18,700%
6.9. Fabricação de Produtos Têxteis	1				3.652.505,44	3.652.505,44	0,00	146.100,22	149.055,22	36.525,05	36.525,05		4.793.633,95	76,195%
6.10. Fabricação de Coque, refino de Petróleo e Prod. Alcool	2				8.427.494,94	3.216.754,43	5.210.740,51	128.670,17	77.513,82	32.167,55	19.378,46		17.595.747,50	18,281%
6.11. Outros	0									0,00	0,00		6.796.051,72	0,000%
6.12. Comércio e Serviços (Informática e Outros)	0									0,00	0,00		20.078.735,71	0,000%
7. * PORTO SECO	150	1	96	245	10.861.117,26	6.901.001,25	3.962.116,07	0,00	0,00	0,00	0,00		5.962.081,68	115,748%
8. PRODEI	53	46	0	7	9.875.835,04	6.851.707,64	3.024.127,40	342.585,38	342.585,38	411.102,46	411.102,46	2.343.118,10	34.948.165,21	19,605%
8.1. Fab. De Artigos de Borracha e Plástico	2				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.249,49	129.830,16	0,000%
8.2. Fab. De Coque e Refino de de Petróleo	5				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	505.307,69	0,00	
8.3. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	8				1.895.990,27	1.327.053,18	568.937,09	66.352,65	66.352,65	79.623,19	79.623,19	0,00	1.200.295,21	110,561%
8.4. Fab. De Prods Alimentícios e Bebidas	19				4.632.668,47	3.181.631,12	1.451.037,35	159.081,56	159.081,56	190.897,87	190.897,87	0,00	30.335.262,18	10,488%
8.5. Metalurgia Básica	6				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.419.530,20	1.093.970,46	0,000%
8.6. Preparação e Artefatos de Couro	5				3.347.176,30	2.343.023,34	1.004.152,96	117.151,17	117.151,17	140.581,40	140.581,40	252.030,72	2.054.638,20	114,036%



Estado de Mato Grosso

8.7. Produtos Texteis	8				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8.8. Fab. De Produtos Químicos	0				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.169,00	0,000%
SUB-TOTAL	438	88	152	502	585.446.548,04	448.044.534,11	137.401.594,99	16.388.218,44	14.987.463,26	4.120.771,97	3.827.247,98	2.343.118,10	293.489.886,15	152,661%

Fundeic retirado dos DII - Demonstrativos do ICMS Incentivado

* As empresas cadastradas no Porto Seco não recolhem o FUNDEIC

Data Base: Dezembro/2008

No Segmento do PRODEIC em Fab. de Móveis e Ind. Diversas estão lançados juntos os segmentos: Fab. de Embalagens de Papel; Fab. De Produtos Químicos; Ind. de Carvão de Algodão E Ind. Minerais não Metálicos

No Segmento do PRODEIC em Fab. de Prod. Alimentícios e Bebidas estão lançados juntos o segmento: Alimentos Carnes

PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS ADMINISTRADOS PELA

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA - SICME

QUADRO I

INDICADORES E METAS - ANO 2008

INDICADORES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS - SICME	METAS PARA 2008	
	PREVISTAS	ALCANÇADAS
1. Quantidade de novas empresas credenciadas nos programas	20	56
2. Quantidade de novos empregos gerados nos programas	800	3.190
3. Variação da Remuneração média dos empregados (empregos diretos) das empresas incentivadas - em percentual	5%	8,93%
4. Quantidade de pessoas treinadas e capacitadas nos programas	800	15.770
5. Faturamento bruto das empresas por empregados	250.000,00	238.485,67
6. Variação do faturamento bruto das empresas incentivadas em relação ao ano anterior - em percentual	10%	22,78%
7. Valor da importação via Porto Seco (R\$)	280.000,00	244.683.573,13
8. Variação da importação via Porto Seco em relação ao ano anterior	5%	25%
9. Variação dos Investimentos de máquinas e equipamentos - em relação ao ano anterior	10%	*

Analisando os resultados dos indicadores e as metas de 2008, temos:

Item 1 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 2 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 3 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 4 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 5 – Da meta prevista foi realizada 95,39%, o que a apesar de não ter atingido a meta na sua totalidade foi um bom resultado;

Item 6 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 7 – Da meta prevista foi realizada 87,86%, o que a apesar de não ter atingido a meta na sua totalidade foi um bom resultado;

Item 8 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 9 – Ficou prejudicado em função da não implantação do sistema de controle proposto pelo CEPROMAT (sistema em desenvolvimento).



Estado de Mato Grosso

258 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL

**QUADRO II
QUANTITATIVO DE EMPRESAS BENEFICIADAS, EMPREGOS E INVESTIMENTOS**

ANO 2008

	PROGRAMAS	ICMS INCENTIVADO R\$	EMPRESAS BENEFICIADAS		EMPREGOS GERADOS		NOVOS INVESTIMENTOS R\$
			TOTAL	NOVAS	TOTAL	NOVOS	
1	PRODEIC	402.326.167,94	205	56	14.675	3.190	1.040.501.092,30
2	PRODEI	6.851.707,64	7	0	683	0	0,00
3	PROGRAMAS SETORIAIS	31.965.657,28	45	0	1.572	0	0
	PROALMAT - IND	1.210.140,74	5	0	281	0	0,00
	PROCAFÉ - IND	2.287.574,13	1	0	135	0	0,00
	PROARROZ - IND	8.221.457,30	19	0	291	0	0,00
	PROLEITE - IND	17.603.186,72	13	0	641	0	0,00
	PROMINERAÇÃO	2.643.298,39	7	0	224	0	0,00
4	PORTO SECO	6.901.001,25	245	96	0	0	0,00
	TOTAL GERAL	448.044.534,11	502	152	16.930	3.190	1.040.501.092,30

Data Base: Dezembro/2008

**QUADRO III
INCENTIVOS CONCEDIDOS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO
VALOR DO ICMS INCENTIVADO – 2008**

PROGRAMAS E SEGMENTOS													TOTAL DOS PROGR AMAS
	NORO ESTE I	NORT E	NORD ESTE	LESTE	SUDE S TE	SUL	SUDO ESTE	OEST E	CENT RO OEST E	CENTR O	NORO ESTE II	CENTR O NORTE	
1. PRODEIC	558.73 4,31	6.285. 428,33	1.580. 609,84	2.043. 263,07	136.260 .637,02	196.042 .920,35	17.248. 025,27	5.605. 042,05	567.0 09,25	25.559. 557,68	382.01 3,44	10.192. 927,33	402.326 .167,94
Indústria de Alimentos - Carnes	0,00	97.450 ,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.836.2 63,49	2.661. 310,49	0,00	13.026. 347,76	0,00	0,00	18.621. 371,84
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	553.07 9,09	566.86 2,15	1.471. 427,33	2.043. 263,07	23.144. 584,48	73.855. 162,01	9.816.6 34,13	1.337. 604,03	38.20 2,91	1.251.9 21,55	382.01 3,44	172.67 9,29	114.633 .433,48
Fabricação de produtos têxteis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.652.5 05,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.652.5 05,44
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,00	2.691. 592,21	0,00	0,00	0,00	12.450. 081,81	3.136.5 91,82	131.75 7,83	0,00	0,00	0,00	1.659.8 98,05	20.069. 921,72
Fabricação de produtos de madeira	0,00	2.929. 523,87	109.18 2,51	0,00	0,00	5.471.9 18,09	147.37 3,20	0,00	528.8 06,34	0,00	0,00	6.518.1 93,15	15.704. 997,16
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	0,00	0,00	0,00	0,00	756,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3.215.9 97,79	0,00	0,00	3.216.7 54,43
Fabricação de produtos químicos	0,00	0,00	0,00	0,00	170.119 ,16	1.968.7 05,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.138.8 24,66
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,00	0,00	0,00	0,00	18.901. 286,16	24.751. 553,29	224.58 8,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.877. 428,00
Metalurgia básica	5.655,2 2	0,00	0,00	0,00	7.729.8 56,66	46.978. 207,19	1.086.5 74,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.800. 293,15
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	112.262 ,72	7.202.5 89,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.84 0,74	7.622.6 93,44
Fabricação de móveis e indústrias diversas (não são Produtos de madeiras)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.362.5 56,98	0,00	0,00	0,00	8.065.2 90,58	0,00	0,00	16.427. 847,56
Reciclagem	0,00	0,00	0,00	0,00	5.709,9 6	11.312. 915,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.534.3 16,10	12.852. 941,96
Indústria de caroço de algodão	0,00	0,00	0,00	0,00	86.196. 061,24	0,00	0,00	1.474. 369,70	0,00	0,00	0,00	0,00	87.670. 430,94
Fabricação de embalagens de papel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.724, 16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.724, 16
Outros (C13, C14, D18,													



Estado de Mato Grosso

D21, D24, D26, D28, D30 a D34, E40)														
Comércio e Serviços														
2. PRODEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.347.521,57	504.186,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.851.707,64
Extração de minerais metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extração de minerais não metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.181.631,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.181.631,12
Fabricação de produtos têxteis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838.837,27	504.186,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.343.023,34
Fabricação de produtos de madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos químicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metalurgia básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.327.053,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.327.053,18
Outros (C13, C14, D18, D21, D24, D26, D28 a D34, D37, E40														
3. PROGRAMAS SETORIAIS	822.401,04	4.679.074,74	0,00	2.753.875,41	1.209.995,85	8.914.450,96	9.580.797,78	569.227,34	48.406,78	388.479,15	269.831,69	2.729.116,54	31.965.657,28	
PROALMAT - Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	319.975,73	667.143,67	223.021,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210.140,74
PROCAFÉ - Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.287.574,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.287.574,13
PROMINERAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209.827,39	0,00	433.471,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.643.298,39
PROARROZ - Indústria	0,00	0,00	0,00	582.903,25	625.093,14	3.749.905,77	0,00	104.112,90	48.406,78	388.479,15	0,00	2.722.556,31	8.221.457,30	
PROLEITE - Indústria	822.401,04	4.679.074,74	0,00	2.170.972,16	264.926,98	0,00	9.357.776,44	31.643,44	0,00	0,00	269.831,69	6.560,23	17.603.186,72	
4. COMÉRCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	42.127,41	6.832.504,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.369,35	6.901.001,25	
PORTO SECO														
PORTO SECO - Trading	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.353,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.353,16
PORTO SECO - Indústria e Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.772.056,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.772.056,39
PORTO SECO - Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	42.127,41	2.998.094,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.369,35	0,00	3.066.591,70
5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MATO GROSSO (1 + 4)														409.227.169,19
TOTAL SICME (1+ 2+ 3 + 4)														448.044.534,11

DATA BASE: DEZ/2008



Estado de Mato Grosso

**QUADRO IV-A
VALORES PREVISTOS POR PROGRAMAS *VERSUS* REALIZADOS DA RENÚNCIA FISCAL
2008**

	DESCRIÇÃO DO SEGMENTO	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 R\$ (prevista na LOA 2008)	RENÚNCIA REALIZADA 2008 R\$	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL EM 2008
PROGRAMAS:	PROALMAT/Ind.	2.077.132,28	1.210.140,74	58,260%
	PROARROZ/Ind.	8.246.227,93	8.221.457,30	99,700%
	PROCAFÉ/Ind.	2.458.177,11	2.287.574,13	93,060%
	PROLEITE/Ind.	8.546.784,99	17.603.186,72	205,963%
	PROMINERAÇÃO	1.628.560,71	2.643.298,39	162,309%
	SUB-TOTAL	22.956.883,02	31.965.657,28	139,242%
	PRODEIC	229.622.756,24	402.326.167,94	175,212%
	PORTO SECO	5.962.081,68	6.901.001,25	115,748%
	PRODEI	34.948.165,21	6.851.707,64	19,605%
	TOTAL	293.489.886,15	448.044.534,11	152,661%

**QUADRO IV-B
VALORES PREVISTOS POR PROGRAMAS E SEGMENTOS
VERSUS
REALIZADOS DA RENÚNCIA FISCAL
2008
ICMS INCENTIVADO**

PROGRAMAS / SEGMENTOS	RENÚNCIA REALIZADA (ICMS INCENTIVADO)	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2007 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2007
1. PROARROZ	8.221.457,30	8.246.227,93	99,700%
2. PROALMAT	1.210.140,74	2.077.132,28	58,260%
3. PROCAFÉ	2.287.574,13	2.458.177,11	93,060%
4. PROLEITE	17.603.186,72	8.546.784,99	205,963%
5. PROMINERAÇÃO	2.643.298,39	1.628.560,71	162,309%
SUB-TOTAL	31.965.657,28	22.956.883,02	139,242%
6. PRODEIC	402.326.167,94	229.622.756,24	175,212%
6.1. Curtimento de Couros e Outras Preparações	20.069.921,72	43.012.137,04	46,661%
6.2. Metalurgia básica	55.800.293,15	13.877.073,98	402,104%
6.3. Reciclagem	12.852.941,96	799.633,96	1607,353%
6.4. Fabricação de Artigos e Borrachas e Plásticos	43.877.428,00	516.552,12	8494,289%
6.5. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	133.254.805,32	48.938.047,66	272,293%
6.6. Fabricação de Produtos de Madeiras	15.704.997,16	26.368.205,35	59,560%
6.7. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas (Não são produtos de Madeiras)	106.273.827,32	6.084.389,80	1746,664%
6.8. Fabricação de Máquinas e Equipamentos	7.622.693,44	40.762.547,45	18,700%
6.9. Fabricação de Produtos Têxteis	3.652.505,44	4.793.633,95	76,195%
6.10. Fabricação de Coque, refino de Petróleo e Prod. Alcool	3.216.754,43	17.595.747,50	18,281%
6.11. Outros	0,00	6.796.051,72	0,000%
6.12. Comércio e Serviços (Informática e Outros)	0,00	20.078.735,71	0,000%
7. * PORTO SECO	6.901.001,25	5.962.081,68	115,748%
8. PRODEI	6.851.707,64	34.948.165,21	19,605%
8.1. Fab. De Artigos de Borracha e Plástico	0,00	129.830,16	0,000%
8.2. Fab. De Coque e Refino de de Petróleo	0,00	0,00	0,000%
8.3. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	1.327.053,18	1.200.295,21	110,561%
8.4. Fab. De Prods Alimentícios e Bebidas	3.181.631,12	30.335.262,18	10,488%
8.5. Metalurgia Básica	0,00	1.093.970,46	0,000%
8.6. Preparação e Artefatos de Couro	2.343.023,34	2.054.638,20	114,036%
8.7. Produtos Têxteis	0,00	0,00	0,000%
8.8. Fab. De Produtos Químicos	0,00	134.169,00	0,000%
TOTAL	448.044.534,11	293.489.886,15	152,661%

DATA BASE: DEZEMBRO/2008



Estado de Mato Grosso

QUADRO V OBJETIVOS/LEGISLAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	% FUNDEIC	LEGISLAÇÃO
PRODEI	Fomentar a implantação e expansão de atividades que promovam o Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso.	Prazo especial pagamento de ICMS – 10 anos; Limitado a 70% do valor devido.	5%	Leis 5.323/88, e alterado pelas Leis 6.242/93; 7.367/00; 5.741/91; 7.577/01; 7.452/01; 7.727/02; 7.867/02; 7.799/02; 7.969/03; 6.688/95; 8.421/05; 6.896/97; 6.978/97; 8.622/06; 8.630/06.
PRODEIC	Contribuir para expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas, o aumento da competitividade estadual, a conservação de recursos naturais e preservação do meio ambiente, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.	Redução de base de cálculo, crédito presumido ou diferimento do ICMS.	5%	Leis 7958/03, 8431/05, 8.607/07, 8.675/07, B8.719/07 e Decretos 1.432/03, 7083/06, 80/07, 838/07,
PROALMAT/Indús- tria	Dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido pelo Estado de Mato Grosso, dentro de padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimento público e privado, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7183/99 e Decreto 1154/00
PROCAFÉ/Indús- tria	Dinamizar o processo de industrialização do café produzido no Estado de Mato Grosso, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7309/00 e Decreto 2437/01



Estado de Mato Grosso

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	% FUNDEIC	LEGISLAÇÃO
PROLEITE/Indústria	Promover e estimular a indústria do leite dentro dos mais altos padrões de sustentabilidade social, ambiental e econômica, em conformidade com as crescentes demandas da sociedade em geral e dos consumidores nacionais e internacionais, oferecendo benefício e incentivos fiscais àquelas indústrias e, também, as de máquinas, equipamentos, instalações, embalagens e insumos voltados ao agronegócio do leite, instaladas em Mato Grosso.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7608/01 e Decreto 4629/02
PROARROZ / Indústria	Dinamizar o processo de industrialização do arroz produzido no Estado de Mato Grosso, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimento público e privado, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7607/01 e Decreto 4366/02
PROMINERAÇÃO	Incremento da cadeia produtiva da mineração, incentivando a agregação de valor, a modernização e a industrialização das atividades minerais, promovendo a inserção competitiva do setor.	Crédito fiscal de até 70% do ICMS devido	5%	Lei 7606/01 e Decreto 4135/02
PORTO SECO	Fomentar o Comércio Exterior do Estado de Mato Grosso.	Diferimento de até 100%; Base de Calculo reduzida até 58,82%; Crédito Presumido de até 83,33%.	Não está previsto na Lei recolhimento ao Fundeic	Lei 7958/03, Decreto 1.432/03.

**QUADRO VI
 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS DA
 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA – SICME.**

RELATÓRIO ANUAL - REFERÊNCIA 2008

1. Programa: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMÉRCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (PRODEIC, PRODEI, Proarroz/Indústria, Proalmat/Indústria, Procafé/Indústria, Proleite/Indústria e Promineração).

Objetivo: Contribuir para a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.



Estado de Mato Grosso

1.1 Avaliação da efetivação dos valores dos incentivos concedidos (refere-se à análise quantitativa da realização da renúncia – Quadro IV):

Programas	Estimativa da Renúncia Fiscal 2008 - R\$ (prevista na LOA)	Renúncia Fiscal Realizada 2008 – R\$	% Utilizado da Renúncia em 2008 – R\$
Proalmat/Ind.	2.077.132,28	1.210.140,74	58,260%
Proarroz	8.246.227,93	8.221.457,30	99,700%
Procafé	2.458.177,11	2.287.574,13	93,060%
Proleite	8.546.784,99	17.603.186,72	205,963%
Promineração	1.628.560,71	2.643.298,39	162,309%
Prodeic	229.622.756,24	402.326.167,94	175,212%
Porto Seco (Com. Exterior)	5.962.081,68	6.901.001,25	115,748%
Prodei	34.948.165,21	6.851.707,64	19,605%
Total	293.489.886,14	448.044.534,11	152,661%

Quantitativamente, a realização da Renúncia Fiscal global dos Programas de Incentivos foi superior à estimativa prevista pela LOA 2008, com um percentual de realização de 152,661%.

Alguns Programas ultrapassaram a estimativa (Proleite, Promineração, Prodeic e Porto Seco). Isto ocorreu, principalmente, em razão das empresas que estão credenciadas no Prodeic estarem fazendo investimentos em máquinas, equipamentos na implantação dos projetos e que importaram através do Porto Seco. E, ainda, várias empresas credenciadas no Porto Seco aumentaram as vendas interestaduais dos produtos importados.

1.2 Avaliação dos indicadores, metas e alcance do objetivo do programa (refere-se à análise qualitativa de cada indicador e sua meta do Quadro I, e da análise de alcance do objetivo).

INDICADORES E METAS 2008

INDICADORES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS - SICME	METAS para 2008	
	PREVISTAS	ALCANÇADAS
1. Quantidade de novas empresas cadastradas nos programas	20	56
2. Quantidade de novos empregos gerados nos programas	800	3.190
3. Variação da Remuneração média dos empregados (empregos diretos) das empresas incentivadas - em percentual	5%	8,93%
4. Quantidade de pessoas treinadas e capacitadas nos programas	800	15.770
5. Faturamento bruto das empresas por empregados	250.000,00	238.485,67
6. Variação do faturamento bruto das empresas incentivadas em relação ao ano anterior – em percentual	10%	22,78
7. Valor da importação via Porto Seco (R\$)	280.000.000,00	244.683.573,13
8. Variação da importação via Porto Seco em relação ao ano anterior	5%	25%
9. Variação dos Investimentos de máquinas e equipamentos - em relação ao ano anterior	10%	*

Item 9: Prejudicado em função da não implantação do sistema de controle proposto pelo Cepromat (sistema em desenvolvimento).

Analisando os resultados dos indicadores e as metas de 2008, temos:

Item 1 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 2 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 3 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 4 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 5 – Da meta prevista foi realizada 95,39%, o que a apesar de não ter atingido a meta na sua totalidade foi um bom resultado;

Item 6 – A meta foi superada bem acima do previsto;



Estado de Mato Grosso

Item 7 – Da meta prevista foi realizada 87,86%, o que apesar de não ter atingido a meta na sua totalidade foi um bom resultado;

Item 8 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 9 – Ficou prejudicado em função da não implantação do sistema de controle proposto pelo CEPROMAT (sistema em desenvolvimento).

2. Avaliação dos Resultados previstos e alcançados pela Renúncia Fiscal;

No ano de 2008, 56 empresas foram credenciadas no programa Prodeic, realizando novos investimentos no valor total de R\$ 1.040.501.092,30 (não incluso investimentos realizados pelas empresas cadastradas com incentivos do Porto Seco) cujos valores representam um incremento de 132,23 sobre o valor do ICMS incentivado – R\$ 448.044.534,11 (incluso todos os programas, inclusive Porto Seco) do corrente ano, evidenciando de que os Incentivos Fiscais estão sendo aplicados em novos investimentos, que movimentaram as cadeias produtivas, gerando ICMS indiretos, não computados como benefício fiscal (retorno).

Neste ano, a média de investimentos realizados por empresa foi de R\$ 18.580.376,64, apresentando um incremento de 146,68% em relação ao ano de 2007, considerando 56 empresas beneficiadas pelo Prodeic, superior à média do ano anterior, quando foram beneficiadas 31 empresas para um investimento realizado de R\$ 233.414.007,60, que representa em média R\$ 7.529.484,12. A média do incentivo concedido foi de R\$ 892.518,99 por empresa, representando em relação ao ano de 2007 (R\$ 1.173.932,42) um decréscimo de 23,97% do volume do ICMS incentivado, decorrente de 88 empresas suspensas/descredenciadas no ano de 2008.

Do total de 590 empresas credenciadas nos programas da SICME, houve a saída no ano de 2008 de 88 empresas a pedidos, permanecendo 502 empresas conforme quadro II e anexo II.

A média de empregos diretos por empresa foi de 57; indiretos: 141 e totais: 197.

O investimento privado por emprego direto: R\$ 326.175,89; indireto: R\$ 72.478,48 e total: R\$ 398.654,37.

A avaliação do ano de 2008, aplicando o Método Simplificado da Relação Benefício/Custo de FARIA, J.J.P.(2005) será encaminhada *a posteriori*.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SEDER/MT

PROALMAT AGRICULTURA 2008

REGIÕES DE PLANEJAMENTO		ICMS INCENTIVADO
3	NORDESTE	R\$ 89.979,57
4	LESTE	R\$ 3.709.946,12
5	SUDESTE	R\$ 47.468.788,45
6	SUL	R\$ 751.326,18
7	SUDOESTE	R\$ 10.272.429,27
8	OESTE	R\$ 4.263.836,76
9	CENTRO OESTE	R\$ 1.925.253,65
10	CENTRO	R\$ 15.222.345,42
11	NOROESTE	R\$ 302.121,79



Estado de Mato Grosso

12	CENTRO NORTE	R\$	1.598.381,66
JAN/OUT - 2008	MATO GROSSO	R\$	85.604.408,88

PREVISÃO DE INCENTIVO FISCAL CONCEDIDO PELO O PROALMAT AGRICULTURA

REGIÕES		ANO		
		2010	2011	2012
1	NOROESTE I	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	NORTE	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	NORDESTE	R\$ 231.854,46	R\$ 238.810,10	R\$ 245.765,74
4	LESTE	R\$ 3.269.147,95	R\$ 3.367.222,39	R\$ 3.465.296,83
5	SUDESTE	R\$ 60.282.160,80	R\$ 62.090.625,62	R\$ 63.899.090,44
6	SUL	R\$ 533.265,27	R\$ 549.263,23	R\$ 565.261,19
7	SUDOESTE	R\$ 15.650.176,36	R\$ 16.119.681,65	R\$ 16.589.186,94
8	OESTE	R\$ 8.323.575,28	R\$ 8.573.282,54	R\$ 8.822.989,80
9	CENTRO OESTE	R\$ 8.833.655,10	R\$ 9.098.664,75	R\$ 9.363.674,40
10	CENTRO	R\$ 16.229.812,52	R\$ 16.716.706,90	R\$ 17.203.601,28
11	NOROESTE II	R\$ 753.527,01	R\$ 776.132,82	R\$ 798.738,63
12	CENTRO NORTE	R\$ 1.820.057,55	R\$ 1.874.659,27	R\$ 1.929.260,99
MATO GROSSO		R\$ 115.927.232,30	R\$ 119.405.049,27	R\$ 122.882.866,24



Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

SECRETÁRIO DE ESTADO

Yênes Jesus de Magalhães

SECRETÁRIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO

Arnaldo Alves de Souza Neto

SECRETÁRIO ADJUNTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Oscemário Forte Daltró

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA

Grazielle Cauhy Pichioni

CHEFE DE GABINETE

Edith Maria da Silva

SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna

ASSESSORIA TÉCNICA DE ORÇAMENTO

Gastão de Melo

Janeó Marcos Corrêa

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL 2008

Jesuíno Mateus Vianna Moraes

Vínia Paula Rodrigues Stocco

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

EDSON DA COSTA RIBEIRO

Coordenador

**COORDENADORIA DE POLÍTICAS
ECONÔMICAS E AMBIENTAIS**

JESUÍNO MATEUS VIANNA MORAES

Coordenador

Ademilson Dias de Moura
Antonio Carlos Diniz Salles
Carlos Rossato
Evanildes Leite Padilha da Silva
Hugo Blanco Filho
Jocilene Rodrigues de Oliveira e Silva
Joel Martins da Rocha
Júlia Satie Yokokura
Jumelice Maria da Silva e Silva
Lucimar Cintra de Oliveira Miranda
Nailur da Costa Marques Carvalho
Pamela de Carvalho Vieira
Telma Auxiliadora Silva Coutinho Rodrigues
Telma Monteiro Lima Rassi
Toni Bernardo da Silva
Vínia Paula Rodrigues Stocco

Antônia Luiza Ribeiro Pereira
José Maria Pedroso da Silva
Luciana Machado Guim
Lucienne Machado
Luzineth Conceição Soares
Maria Clara Rocha M. Coutinho Cathalat
Maria Justina de Almeida Josetti
Najla Braz Nassarden
Pedro José Schossler Flores
Soeli Maria de Figueiredo Morais



Estado de Mato Grosso

**COORDENADORIA DE POLÍTICAS
INSTRUMENTAIS**

LUIZ CLÁUDIO PEREIRA SCHEFFER
Coordenador

Debora Pinheiro da Silva Lima
Fernandes Costa Oliveira
Francisley Marcelo Batista Siqueira
Geraldo César Gonçalves da Silva
João Olavo Fernandes Bastos
José Mário de Albuquerque Affi
Josenil Lemes Duarte
Maria da Glória Brito Santos Corrêa
Marise G. Carvalho Gomes da Rosa
Telma Pereira da Silva Viana

**COORDENADORIA DE ESTUDOS FISCAIS E
LEGISLAÇÃO**

WILLIAM RANGEL DE MOURA
Coordenador

Angelica Auler Galvão de Barros
Emanuelle Aguiar Palmeira
Jocilene de Oliveira Silva Palma
Gisele Gugel
Rafael Albertoni Mazeto

**COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO**

GLÓRIA MARIA DA SILVA
Coordenadora

Ivana Celia da Cruz Lobato
Marize Bueno de Souza Soares

COORDENADORIA DO FIPLAN

MÁRCIO BARBOSA BRANDÃO
Coordenador

Angela Maria da Silva
Graciely Ribeiro Correa

APOIO ADMINISTRATIVO

Augusto Evangelista da Silva
Edilbeth Graciella Ortt Puckes
Maria Áurea Ferreira Coelho
Marcelo Evaristo Souza Coelho
Olimpio de Arruda Pinto

**ANALISTAS DOS INDICADORES
ESTRATÉGICOS E CENÁRIO FISCAL**

Antônia Luiza Ribeiro Pereira
Edmar Augusto Vieira

COLABORADORES

Regiane Berchieli
Susan Dignart

ELABORAÇÃO DO RAG 2008

EQUIPE TÉCNICA

Jesuíno Mateus Vianna Moraes
Vinia Paula Rodrigues Stocco
Fernandes Costa Oliveira
Graciely Ribeiro Correa
Jose Mario de Albuquerque Affi
Luiz Claudio Pereira Scheffer
Najla Braz Nassarden
Telma Auxiliadora Silva Coutinho Rodrigues

EQUIPE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Edvaldo dos Santos Queiroz
Marcelo Coura

ARTE FINAL

Amauri Lobo

COLABORADORES

Edson da Costa Ribeiro
Júlia Satie Yokokura
Jussane Sartor
Ivana Celia da Cruz Lobato
Luceni Grassi de Oliveira
Jocilene Oliveira Silva Palma
Jocilene Rodrigues de Oliveira e Silva
Márcio Barbosa Brandão
Nilson Antonio Batista
Soeli Maria de Figueiredo Moraes
Susan Dignart

APOIO

Francisley Marcelo Batista Siqueira
Marcelo Evaristo Souza Coelho
Sebastião dos Santos Alves

RAG 2008



RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

